

RELATÓRIO DA CONTA DE GERÊNCIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 2017



150 anos da Sala do Senado | 1867-2017

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2017



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2017



XIII LEGISLATURA
1 de janeiro a 31 de dezembro

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

José Manuel de Matos Correia

Jorge Lacão Costa

José Manuel Marques da Silva Pureza

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Idália Maria Marques Salvador Serrão

Moisés Salvador Coelho Ferreira

António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro

Vice-Secretários da Mesa

Emília de Fátima Moreira dos Santos

Pedro Filipe dos Santos Alves

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Sandra Maria Pereira Pontedeira



XIII LEGISLATURA
1 de janeiro a 31 de dezembro

Conselho de Administração

Pedro Augusto Cunha Pinto
Presidente

Eurídice Maria de Sousa Pereira
Representante do GP do PS

José Paulino Carvalho de Ascensão
Representante do GP do BE

João Guilherme Nobre Prata Fragoso
Rebello
Representante do GP do CDS-PP

Bruno Ramos Dias
Representante do GP do PCP

José Luís Teixeira Ferreira
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves
Representante dos Funcionários Parlamentares

Glossário

AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
ANCV	Assembleia Nacional de Cabo Verde
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
AP-CPLP	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
AP-UpM	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
APNATO	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
APOSCE	Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
AR	Assembleia da República
ARM	Assembleia da República de Moçambique
ASG – PLP	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
ASG – UIP	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
BE	Bloco de Esquerda
BIB	Biblioteca
CAC	Centro de Acolhimento ao Cidadão
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CEGER	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular
CFBD-ADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
CFSI	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
CFSIIC	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
CIC - RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
CINF	Centro de Informática da Assembleia da República
CJP	Conselho dos Julgados de Paz
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAR	Diário da Assembleia da República
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições
DGF	Divisão de Gestão Financeira

DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
DP	Divisão de Protocolo
DR	Diário da República
DRAA	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
DRI	Divisão de Relações Internacionais
DSAF	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
DSATS	Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
DSDIC	Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FPIA	Fórum Parlamentar Ibero-americano
GABSG	Gabinete do Secretário-Geral
GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
GCOE	Gabinete de Controlo Orçamental Externo
GDP	Grupo Desportivo Parlamentar
GME	Gabinete Médico
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)
LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAR	Orçamento da Assembleia da República
OE	Orçamento de Estado
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PAR	Presidente da Assembleia da República
PCP	Partido Comunista Português
PDR	Partido Democrático Republicano
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PLC	Processo Legislativo Comum
PNTL	Parlamento Nacional de Timor-Leste
POC-AR	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SAR	Serviços da Assembleia da República
SIGAR	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
UIP	União Interparlamentar
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental

Índice

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	12
1.1 OAR 2017	12
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2017	16
2. ATIVIDADES PARLAMENTARES	20
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	24
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	25
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	26
2.4 CERIMÓNIAS E SESSÕES SOLENES	27
2.5 PARLAMENTO DOS JOVENS	27
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	29
3. ATIVIDADES DE APOIO	30
3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	31
3.2 FORMAÇÃO	34
3.3 ATIVIDADE CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO	35
3.4 FUNCIONAMENTO	38
4. ATIVIDADE EDITORIAL	40
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	42
5.1 BILATERAL	42
5.2 MULTILATERAL	43
6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	43
7. INVESTIMENTOS	47
7.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2017	47
7.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2018	49
8. FINANCIAMENTO	50
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	50
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	52
9. EXECUÇÃO FINANCEIRA	53
9.1 DAS DESPESAS	53
9.2 DAS RECEITAS	56
11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2017	58
NOTA FINAL	61



Índice de Quadros

QUADRO 1	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2017	15
QUADRO 2	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	16
QUADRO 3	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	17
QUADRO 4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	17
QUADRO 5	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	19
QUADRO 6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	22
QUADRO 7	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	23
QUADRO 8	EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES	26
QUADRO 9	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PARLAMENTO DOS JOVENS	29
QUADRO 10	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	30
QUADRO 11	ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”	30
QUADRO 12	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”	31
QUADRO 13	ATIVIDADE EDITORIAL 2017	41
QUADRO 14	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	47
QUADRO 15	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	47
QUADRO 16	PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2018	50
QUADRO 17	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	51
QUADRO 18	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	52
QUADRO 19	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	54
QUADRO 20	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2018 (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	55
QUADRO 21	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	57
QUADRO 22	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2017	57

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2014 A 2017	18
GRÁFICO 2.1	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2017	19
GRÁFICO 2.2	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2017	20
GRÁFICO 3	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES E AO DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE UM PARTIDO	24
GRÁFICO 4	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	26
GRÁFICO 5	EVOLUÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PARLAMENTO DOS JOVENS	28
GRÁFICO 6	EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS	32
GRÁFICO 7	EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	32
GRÁFICO 8	EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE	33
GRÁFICO 9	EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	33
GRÁFICO 10	FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE	34
GRÁFICO 11.1	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS (DIAS ÚTEIS E SÁBADOS)	36
GRÁFICO 11.2	DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)	36
GRÁFICO 12	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS	37
GRÁFICO 13	NÚMERO DE VISITANTES DO PORTAL DO PARLAMENTO	37
GRÁFICO 14	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL	42
GRÁFICO 15	EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR 2015-2017	57
GRÁFICO 16	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	59

Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2017, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz - tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2017 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 21 de outubro de 2016 -, as características gerais, na vertente orçamental e financeira, da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento, no ano de 2017, das subvenções públicas para a campanha das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais de 2017, realizadas a 1 de outubro.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **163.855.428,57€** encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as “Entidades Autónomas”** e as **“Subvenções aos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais”**, com um nível global de execução de **67,3%**, da qual:

- **93.630.591,59€- Despesa total – atividade da AR**, com execução de **71,8%**, da qual:
 - **80.961.441,59 €** - Despesas Correntes - **atividade da AR**, com execução de **76,9%**;
 - **12.669.150,00 €**- Despesas de Capital - **atividade da AR**, com execução de **39,2%**;
- **10.601.575,00€ – Transferências – “Entidades Autónomas”**, com execução de **92,1%**;
- **14.276.153,00 €**- **“Subvenções públicas aos Partidos Políticos”**, com execução de **100%**; e
- **45.347.108,98€ – “Subvenções públicas para campanhas eleitorais”**, com execução de **41,9%**.

A baixa taxa de execução verificada na “Despesa total – atividade da AR” (71,8%), deve-se, não só às cativações aplicáveis bem como à continuação de uma política de contenção da despesa que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República. Ressalva-se que, **deduzindo a cativação aplicável** (cujo valor final foi de 2 675 999€, dado que, dos 8.885.740€ iniciais foi autorizada a descativação de 6.209.741€) **e a dotação provisional não utilizada** (15.852.312,35€ – corrente e capital – inscritos para eventuais necessidades não previstas), a **taxa de execução seria de 89,6%**.

Importa realçar que na execução orçamental de 2017 mantiveram-se os níveis de remunerações alcançadas no final de 2016, permanecendo somente a redução de 5% aplicada às remunerações dos Deputados e ao pessoal dos gabinetes, não decorrendo daqui qualquer acréscimo de encargos



durante o ano em análise, muito embora face ao total do ano de 2016 (em que ainda vigoraram reduções remuneratórias), a execução apresente um aumento.

Ao nível da "**Atividade Parlamentar**", a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de "**Investimento**", destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2017:

- A aquisição pela Assembleia da República **do edifício contíguo ao Edifício D. Carlos** (localizado na Av. D. Carlos I nº 134/134B), com o objetivo de centralizar num único imóvel as entidades administrativas independentes que funcionam junto da AR, aquisição que determinou a realização de empreitadas para adaptação do edifício às necessidades de utilização previstas (criação de caminhos de cabos de ligação do bastidor e obras para instalação das Entidades Externas nos pisos -1,0,4 e 5);
- Em termos de **obras de melhoria/conservação**, que continuaram a ser pautadas pelo continuado clima de contenção orçamental, concluíram-se as seguintes empreitadas: instalação dos Serviços de Segurança/GNR no Palácio de S. Bento; caserna da GNR, no Jardim do Palácio de S. Bento para instalação do Canal Parlamento; novo sistema de AVAC da Sala do Senado;
- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação** e no âmbito do reforço da segurança informática em 2017 foi lançado o concurso público para a aquisição dos equipamentos necessários à implementação do "Disaster Recovery" e foi adquirido um sistema de monitorização de servidores e aplicações. **No âmbito da promoção da melhoria das soluções tecnológicas foram adquiridos:** uma solução específica destinada às novas instalações do Canal Parlamento, desktops (Grupos Parlamentares), impressoras afetas aos Deputados, terminais virtuais que permitem o funcionamento em modo de quiosque e procedeu-se à substituição das antenas *wifi* do Edifício D. Carlos por modelo atualizado;
- Relativamente ao **sistema de audiovisual** concretizou-se a mudança de instalações do Centro de Apoio ao Canal Parlamento, que passou a dispor de espaço reconstruído especificamente para o cumprimento das suas funções, destacando-se as duas salas de pós-produção, um estúdio de dimensões consideráveis para produção de conteúdos e, sobretudo, a capacidade de albergar mais régies de gravação, o que permitirá, com a aquisição e instalação das referidas régies, bem como de câmaras noutros espaços do Parlamento, difundir um ainda maior número de conteúdos relativos aos trabalhos parlamentares.

Por outro lado, a Assembleia da República manteve, em 2017, o desenvolvimento da sua atividade cultural e editorial própria e desenvolveu ações de aproximação ao exterior e de divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos cidadãos e realizando exposições relacionadas com a história e a atividade do Parlamento, como a exposição “Morte à Morte – 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal”.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR 2017

Em 28 de setembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2017, com base na proposta de OAR2017 coordenada e apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, que foi aprovada em Reunião Plenária, a 21 de outubro de 2016, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 218/2016, de 11 de novembro de 2016.

No **OAR2017 inicial** aprovado, os montantes inscritos para as **despesas correntes e de capital** da atividade da AR ascenderam, respetivamente, a 74.082.136€ e 7.869.150€, num total de 81.951.286€, traduzindo, globalmente, uma **diminuição de 7,7% relativamente ao OAR2016 corrigido sem cativações**.

Por outro lado, o montante total de “**Transferências para as Entidades**” e de “**Subvenções Políticas**” foi de 86.563.967€, apresentando um **acréscimo de 240,8% face ao OAR2016 corrigido**, decorrente do facto de no OAR2017 estarem inscritos 60.100.000€, necessários ao pagamento **das subvenções públicas para as campanhas das Eleições Autárquicas de 2017**, de acordo com o calendário eleitoral do ano e com a legislação vigente à data de elaboração do OAR. Após aprovação da Lei n.º 4/2017, de 16 de janeiro, que veio tornar as reduções das subvenções definitivas, esse valor foi retificado em 1º OAR2017 suplementar para 38.462.688€.

Incluem-se ainda, para além das subvenções às campanhas, **as subvenções aos Partidos Políticos** (15.862.392€), e as **transferências para as Entidades** que funcionam junto da Assembleia da República (10.601.575€) – conforme Quadro1.

O **1º Orçamento Suplementar de 2017**, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, em 30 de junho de 2017, sob proposta do Conselho de Administração, de 7 de junho, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 160/2017,



de 20 de julho, e decorreu da necessidade de integrar **o diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República**, apurado à data de encerramento da gerência de 2016, no montante de **€11.713.592,95** e **do saldo de gerência das subvenções públicas para as campanhas eleitorais**, no valor de **€6.850.133,62**, sendo 6.782.655,83 de saldo da subvenção pública das eleições Autárquicas de 2013 e 67.477,79 € inerentes ao saldo de reposições da subvenção pública para a campanha das eleições Autárquicas de 2009.

Ainda no âmbito do **1.º Orçamento Suplementar de 2017** e na sequência das reduções estipuladas pela Lei n.º 4/2017 de 16 de janeiro que veio tornar definitivas as reduções, até aí temporárias, das subvenções públicas destinadas ao financiamento dos partidos políticos, campanhas eleitorais e limites das despesas de campanha eleitoral, procedeu-se ao recálculo das referidas subvenções, daí resultando as seguintes reduções:

- As subvenções para o financiamento dos partidos políticos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, foram definitivamente reduzidas em 10%, havendo **que diminuir o montante inscrito em OAR 2017 inicial, na despesa e na receita** (reduzindo as transferências do OE) **em 1.586.239€** - de 15.862.392€ para 14.276.153€.
- Quanto às subvenções para campanhas eleitorais a que se refere o n.º 4 e 5 do artigo 17.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, foram definitivamente reduzidas em 20%, sendo que no que respeita às eleições para os órgãos das autarquias locais (a realizar em 2017) a redução de 20% é aplicável sobre o produto do fator (150%) constante no n.º 5 do artigo 17.º pelo fator constante no n.º 2 do artigo 20.º (limites da despesa), já reduzido em 20%, da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, representando no OAR 2017 uma **redução de 21.637.312€** - de 60.100.000€ (valor inscrito no OAR 2017 inicial) para 38.462.688€.

Para além do orçamento suplementar referido, efetuaram-se **seis alterações orçamentais verticais**, que obtiveram o parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 26 de abril, 7 de junho, 16 de agosto (atos de gestão urgente reunião CA de 18 de julho), 8 de novembro, 6 de dezembro e a última autorizada pelo Secretário Geral a 5 de janeiro de 2018 (ratificada).

- A primeira destinou-se a proceder ao ajustamento de algumas rubricas da despesa face a encargos não previstos no OAR2017 inicial, nomeadamente às cativações decorrentes da LOE e ao valor dos compromissos transitados por pagar a 31 de dezembro de 2016 (1, 55€ milhões);

- A segunda visou o ajustamento de rubricas de despesa afetas às subactividades: “Despesas de Funcionamento”, “Conselho dos Julgados de Paz” e “Investimento” com recurso à dotação provisional corrente e de capital;

- A terceira teve em vista dotar ao orçamento da “Comissão Técnica Independente” no sentido de se processar e pagar remunerações e despesas de deslocação. Esta alteração foi ainda realizada por força da necessidade de se reforçarem rubricas de despesa que permitissem arrancar com os seguintes projetos: Recolocação da AR TV/Canal Parlamento, “Disaster Recovery - reforço da segurança informática e aquisição de um sistema de Gestão da Atividade Parlamentar. Os reforços aqui mencionados efetuaram-se com recurso à dotação provisional corrente e de capital.

- A quarta ficou a dever-se à necessidade de ajustar as dotações inscritas em rubricas de despesas com pessoal, nomeadamente do pessoal que presta apoio aos Grupos Parlamentares, não só ao nível das remunerações como também do “subsídio de Natal” e “subsídio de refeição “procedendo-se, ainda, ao aumento da dotação das “remunerações por doença e maternidade/paternidade”. Foram ainda efetuados ajustamentos em algumas rubricas da subactividade “Despesas de Funcionamento”.

- A quinta alteração destinou-se a ajustar as dotações das rubricas que constituem o plafond para remunerações dos funcionários dos Grupos Parlamentares e, ainda, proceder ao reforço da rubrica “Subvenção estatal para as campanhas eleitorais – Restituições à DGT” para devolução ao Tesouro, até ao final do ano de 2017, de: 13.341,10€ relativos à cobrança, em 2017, de guias de reposição da campanha das eleições Autárquicas de 2009 e de 20.946,26€ referentes à reposição da subvenção para a campanha das eleições Legislativas de 2015, comunicada pelo Bloco de Esquerda, no sentido de corrigir as despesas apresentadas, face à auditoria efetuado pela Entidade das Contas e Financiamento Político (EFCP);

- A sexta e última alteração orçamental foi efetuada para se dotar em 2.353,38€ a rubrica “Outras Despesas de Segurança Social, da subactividade “Deputados”, decorrente da imprevisibilidade das substituições que ocorreram durante o ano.

Da execução do OAR2017 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2017 e a transitar para o ano de 2018, no valor de 52.506.666,23€**, dos quais **26.334.116,86€** correspondem ao **saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais**, configurando o remanescente **26.172.549,37€ o saldo da AR**, do qual 15.000.000€ foram já integrados em sede de OAR2018 inicial.

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subactividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1:

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2017

Unidade: Euro

Atividades	OAR2016 corrigido	OAR2017 inicial	OAR2017 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
DESPESAS CORRENTES AR	76.798.438,53	72.858.889,00	79.572.631,07	-5,1%	3,6%
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36.198.040,26	35.514.688,00	36.354.055,68	-1,9%	0,4%
ATIVIDADES DE APOIO	30.649.525,25	30.244.056,00	31.392.376,04	-1,3%	2,4%
ATIVIDADE EDITORIAL	594.472,00	537.087,00	578.906,00	-9,7%	-2,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	340.310,00	326.310,00	377.866,00	-4,1%	11,0%
OUTRAS ATIVIDADES *	8.776.430,02	6.000.000,00	10.632.679,35	-31,6%	21,2%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	201.394,00	198.481,00	198.481,00	-1,4%	-1,4%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	38.267,00	0,0%	0,0%
DESPESAS DE CAPITAL AR	10.799.602,00	7.844.806,00	12.629.572,00	-27,4%	16,9%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	18.000,00	18.000,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	4.952.052,00	6.326.806,00	7.391.939,00	27,8%	49,3%
OUTRAS ATIVIDADES *	5.829.550,00	1.500.000,00	5.219.633,00	-74,3%	-10,5%
TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)	87.598.040,53	80.703.695,00	92.202.203,07	-7,9%	5,3%
DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS** (2)	1.178.531,49	1.247.591,00	1.428.388,52	5,9%	21,2%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES	202.634,00	199.100,00	195.819,34	-1,7%	-3,4%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (corr)	235.172,49	234.515,00	251.571,00	-0,3%	7,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (cap)	29.500,00	3.344,00	5.844,00	-88,7%	-80,2%
CONSELHO NAC. PROCREAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	295.569,00	272.545,00	245.569,72	-7,8%	-16,9%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGRADO INFORM. CRIMINAL	187.189,00	185.297,00	182.759,25	-1,0%	-2,4%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (corr)	127.770,00	124.190,00	116.785,00	-2,8%	-8,6%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (cap)	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (coo)	99.697,00	207.600,00	205.412,52	108,2%	106,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (cap)	0,00	20.000,00	32.734,00	na	na
COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE - INCÊNDIOS	0,00	0,00	190.893,69	na	na
TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)	88.776.572,02	81.951.286,00	93.630.591,59	-7,7%	5,5%
ENTIDADES AUTÓNOMAS***	10.362.975,00	10.601.575,00	10.601.575,00	2,3%	2,3%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	14.276.153,00	15.862.392,00	14.276.153,00	11,1%	0,0%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	11.307.991,19	60.100.000,00	45.347.108,98	431,5%	301,0%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES	124.723.691,21	168.515.253,00	163.855.428,57	35,1%	31,4%

* Dotação Provisional

** Os **Conselhos**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas independentes listadas supra, cujos orçamentos integram o OAR.

*** As **Entidades Autónomas**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas e independentes que recebem transferências correntes e de capital do OAR (Provedoria de Justiça, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção da Dados, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida).

Da análise do Quadro 1, ressalta que em valores globais, o OAR2017 corrigido, face ao OAR2016, apresenta um **acréscimo de 31,4% da despesa global**, comportamento essencialmente determinado pela subvenção pública para as campanhas eleitorais autárquicas de 2017.

Se excluirmos as verbas que são afetadas às Entidades Autónomas, às Subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais, o acréscimo ascende a 5,5% para o qual concorre o aumento no "Investimento" de 49,3% e o acréscimo de 3,6% das despesas correntes da atividade da Assembleia da República.

Em "**Despesas Correntes**", o referido **acrécimo de 3,6%** decorre, assim, da variação verificada em "Outras atividades" (21,2% - aumento da dotação provisional), "Atividades Parlamentares" (0,4%) e "Atividades de Apoio" (2,4% - resulta, essencialmente, da reversão total das reduções remuneratórias), sendo que o acréscimo de 11% da "Cooperação Parlamentar" não reflete um valor materialmente relevante.

No que se refere às "**Despesas de Capital**", o Quadro 1 evidencia, ainda, um **acrécimo de 16,9%** face ao valor do orçamento corrigido de 2016, determinado unicamente pelo aumento do valor inscrito na subatividade "Investimento", com um crescimento de 49,3%, conforme anteriormente referido, face à aquisição do edifício para as entidades autónomas.

1.2 Execução Orçamental

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2017 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	80.961.441,59	62.288.729,76	76,9%
DESPESAS DE CAPITAL	12.669.150,00	4.971.383,49	39,2%
TOTAL AR	93.630.591,59	67.260.113,25	71,8%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	10.601.575,00	9.761.621,00	92,1%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	14.276.153,00	14.276.151,76	100,0%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	45.347.108,98	19.012.992,12	41,9%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES	163.855.428,57	110.310.878,13	67,3%

Em 2017, os encargos assumidos atingiram o montante de 110.310.878,13€ (cfr. Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental de 67,3%**, registando-se uma diferença de 53.544.550,44€ entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado, essencialmente, pela não execução na íntegra da despesa orçamentada para a subvenção pública para as campanhas eleitorais autárquicas que apresentam um grau de execução de 41,9%, e ainda pelo montante subsistente de cativações aplicáveis (2.675.999€) e pelas verbas inscritas em dotação provisional (15.852.312,35€).

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **71,8%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR

em 2017, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui as transferências para as "Entidades Autónomas"** (apenas considera os custos dos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR), **nem as "Subvenções públicas para os Partidos Políticos", nem as "Subvenções públicas para as campanhas eleitorais"**.

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2017 corrigido sem Entid.Autónomas /Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPEAS CORRENTES	80.961.441,59	62.288.729,76	76,9%
DESPEAS DE CAPITAL	12.669.150,00	4.971.383,49	39,2%
TOTAL DAS DESPEAS	93.630.591,59	67.260.113,25	71,8%

O nível de execução orçamental foi, assim, de **76,9%** em "**Despesas Correntes**" e de **39,2%** em "**Despesas de Capital**", constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES

Unidade: Euro

Atividades	OAR2017 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36.354.055,68	33.965.254,34	93,4%	50,5%
ATIVIDADES DE APOIO	31.392.376,04	26.493.722,44	84,4%	39,4%
ATIVIDADE EDITORIAL	578.906,00	366.739,98	63,4%	0,5%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	377.866,00	212.407,96	56,2%	0,3%
OUTRAS ATIVIDADES*	10.632.679,35	0,00	0,0%	0,0%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	198.481,00	177.776,10	89,6%	0,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	195.819,34	169.631,61	86,6%	0,3%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	251.571,00	205.669,05	81,8%	0,3%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	100,0%	0,1%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	245.569,72	121.192,91	49,4%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM.CRIMIN.	182.759,25	158.980,10	87,0%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	116.785,00	94.880,23	81,2%	0,1%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	205.412,52	114.282,93	55,6%	0,2%
COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE	190.893,69	169.925,11	89,0%	0,3%
DESPEAS CORRENTES (1)	80.961.441,59	62.288.729,76	76,9%	92,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	0,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	7.391.939,00	4.953.607,20	67,0%	7,4%
OUTRAS ATIVIDADES*	5.219.633,00	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	5.844,00	5.043,00	86,3%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	1.000,00	0,00	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	32.734,00	12.733,29		0,0%
DESPEAS DE CAPITAL (2)	12.669.150,00	4.971.383,49	39,2%	7,4%
TOTAL DAS DESPEAS (3=1+2)	93.630.591,59	67.260.113,25	71,8%	100,0%

(*) Dotação Provisional

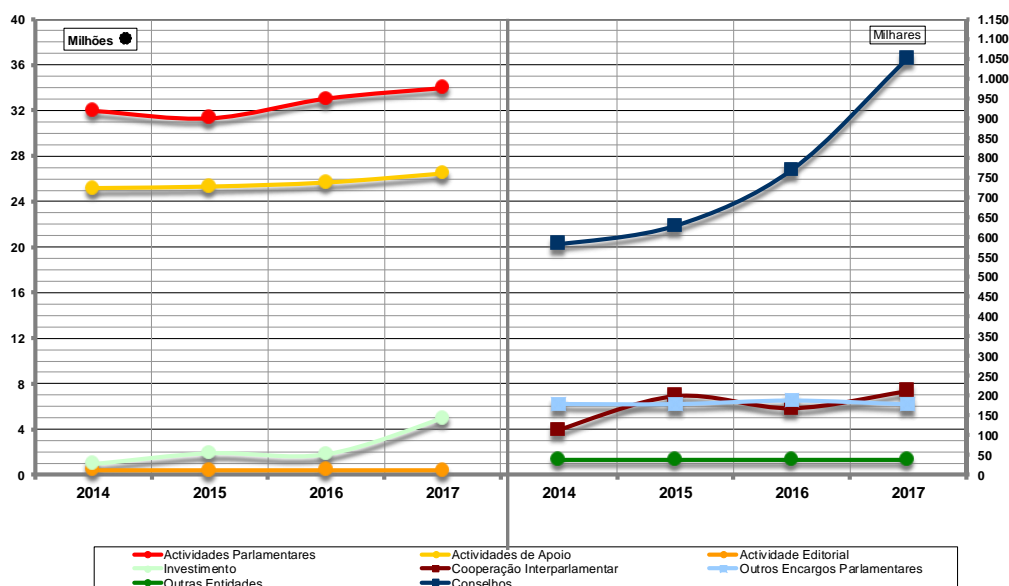
Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, e excluindo "Outras Entidades" (execução 100%), na qual se registam anualmente verbas fixas, verifica-

se que a taxa de execução orçamental mais elevada, em sede de **despesas correntes**, é atingida em “**Atividades Parlamentares**” (93,4%), **Outros Encargos Parlamentares**” (89,6%) e “**Comissão Técnica Independente**” (89%), verificando-se ao nível das “**Atividades de Apoio**”, onde se registam as despesas com pessoal e de funcionamento, uma execução de 84,4%.

Na análise do Quadro 4, importa, ainda, salientar que, no ano de 2017, em termos de estrutura da despesa, o peso da execução das “**Atividades Parlamentares**” foi de 50,5%, logo seguido das “**Atividades de Apoio**”, que representam 39,4% do total executado.

No que respeita às “**Despesas de Capital**”, cuja taxa de execução foi de **39,2%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em “**Outras atividades - dotação provisional de capital**” (5.219.633€), salienta-se a subactividade “**Investimento**” apresentou uma taxa de realização de 67% indicador que traduz um acréscimo de 30,5%, face à execução do ano de 2016, que foi de 36,5%, que resultou da aquisição do edifício para as Entidades Autónomas.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2014 A 2017



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1. Refira-se que no ano de 2017 houve um aumento de encargos com pessoal face à reversão faseada das reduções remuneratórias.

A evolução de 2016 para 2017 dos encargos assumidos encontra-se espelhado no Quadro 5, revelando uma variação de 8,32%, onde se destaca o crescimento de encargos assumidos em “**Investimento**”, conforme já referido, que de 2016 para 2017 cresceram 173,9%.

Do acréscimo de encargos verificado nas atividades dos Conselhos, salienta-se:

- os encargos resultantes da criação da Comissão Técnica Independente de análise e apuramento dos factos dos incêndios, não prevista inicialmente;
- o acréscimo de 371,4% dos encargos com a “Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado,” cuja a tomada de posse ocorreu em julho de 2016;
- O acréscimo de 42,9% da execução do ” Conselho dos Julgados de Paz” que se deveu ao reforço da rubrica de trabalhos especializados a fim de assegurar a realização de apoio judiciário imprevisto no âmbito de ações judiciais interpostas contra este Conselho.

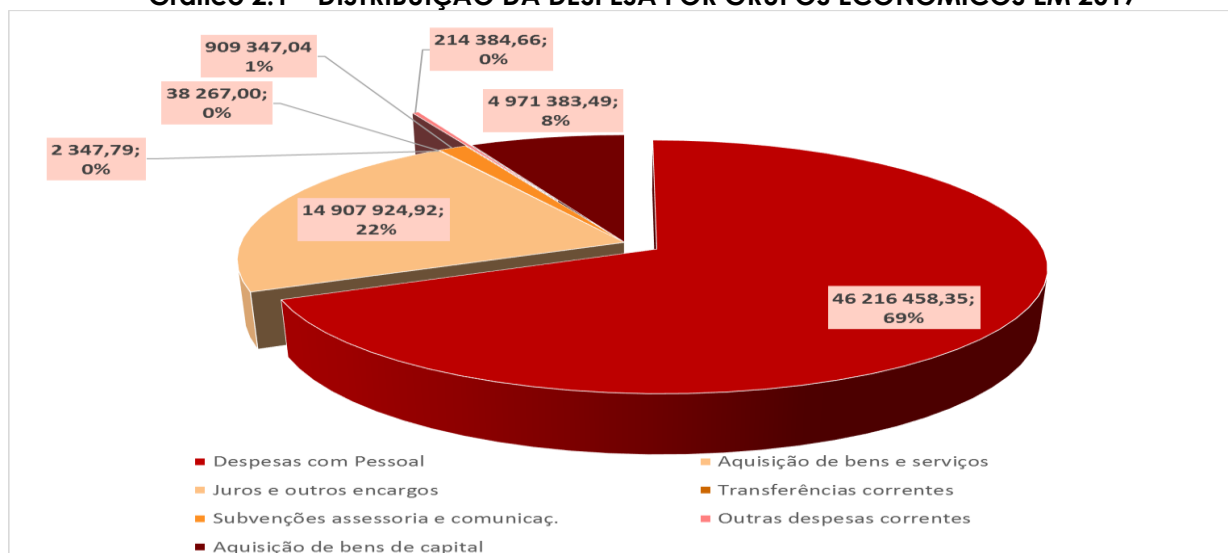
Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

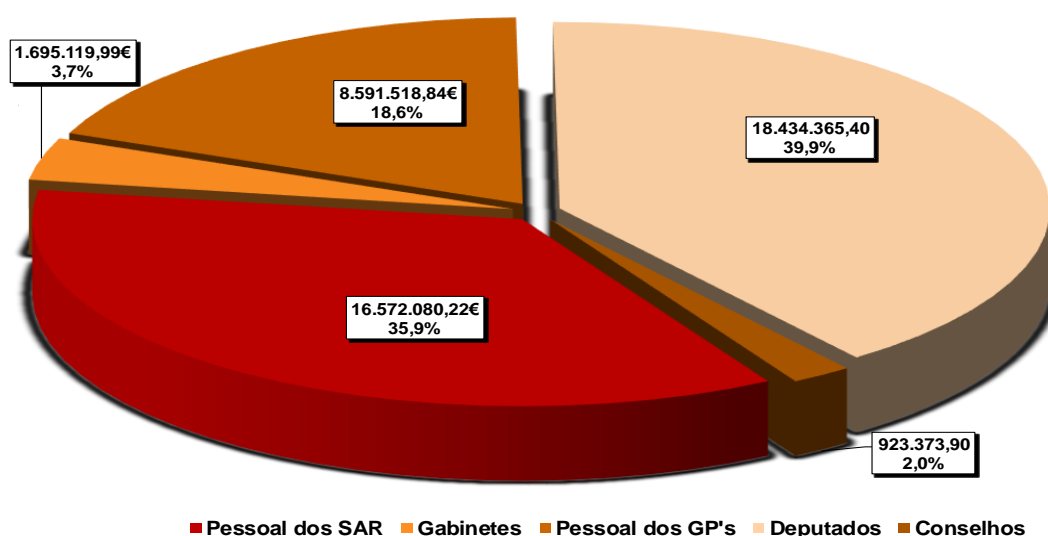
Atividades	Encargos Assumidos		Var%
	2016	2017	
ATIVIDADES PARLAMENTARES	33.042.193,34	33.965.254,34	2,8%
ATIVIDADES DE APOIO	25.660.943,60	26.493.722,44	3,2%
ATIVIDADE EDITORIAL	414.774,99	366.739,98	-11,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	168.298,50	212.407,96	26,2%
OUTRAS ACTIVIDADES	0,00	0,00	n.d
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	188.749,81	177.776,10	-5,8%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	167.573,25	169.631,61	1,2%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	147.464,27	210.712,05	42,9%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	0,0%
CONSELHO NAC. PROCREAÇÃO MED. ASSISTIDA	172.467,49	121.192,91	-29,7%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	156.873,40	158.980,10	1,3%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	91.421,83	94.880,23	3,8%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	34.198,55	127.016,22	371,4%
COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE - INCÊNDIOS	0,00	169.925,11	n.d.
INVESTIMENTO	1.808.547,51	4.953.607,20	173,9%
TOTAL DAS DESPESAS	62.091.773,54	67.260.113,25	8,32%

O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “Despesas com Pessoal” representam **69%** do total da despesa de 2017 (cf. distribuição no Gráfico 2.2), seguidas das “Aquisições de Bens e Serviços” (**22%**) e das “Aquisições de Bens de Capital” (**8%**).

Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2017



**Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO
DESPESAS COM PESSOAL EM 2017**



O gráfico 2.2 evidencia os encargos englobados nas rubricas de “**Despesas com Pessoal**” que, de acordo com os princípios do classificador económico, integram os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além dos encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com o Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição na partição destes encargos ligeiramente superior para os “**Deputados**” (39,9%) comparativamente aos encargos imputáveis a “**Pessoal dos SAR**” (35,9%), enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 18,6%.

Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos**, cujas despesas são inscritas no OAR, constituem, respetivamente, **3,7% e 2,0%** em percentagem do encargo total com remunerações.

2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de orientação e fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.



Em 2017 tiveram lugar **107 reuniões plenárias**, (77 na 2.^a Sessão Legislativa e 30 na 3.^a Sessão Legislativa, ambas na XIII Legislatura), **1 reunião da Comissão Permanente** e **20 Conferências de Líderes**.

As reuniões plenárias em causa levaram à publicação de **107 Diários da Assembleia da República (I Série)**, correspondendo a 307 horas de reuniões, num total de 4992 páginas editadas, o que representa um acréscimo em relação ao ano anterior. Foram publicados **340 Diários relativos à II Série**, num total de 30 392 páginas editadas, ou seja, o dobro das páginas editadas no ano de 2016.

É de realçar que o **tempo médio de disponibilização do Diário para leitura pública continuou a diminuir em 2017** – seguindo a tendência do ano anterior – passando de 22 para 16 dias. Esta redução de tempo na divulgação, efetuada sem sacrifício da qualidade final do produto, corresponde ao desiderato de transportar a informação aos cidadãos de forma mais imediata.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **60 Propostas de Lei, 355 Projetos de Lei, 21 Propostas de Resolução, 617 Projetos de Resolução, 4 Projetos de Deliberação, 25 Apreciações Parlamentares e 2 Inquéritos Parlamentares**. Foram aprovadas, em 2017, **4 Leis Orgânicas, 118 Leis, 279 Resoluções e 2 Deliberações**.

No ano de 2017 foram apresentadas pelos Deputados 3865 perguntas, tendo sido obtidas 3242 respostas.

Foram apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 177 ao Governo, 1313 à Administração Local e 29 a Entidades Independentes, num total de 1519. Tendo sido recebidas ainda no mesmo ano, as seguintes respostas: 109 do Governo, 388 da Administração Local e 17 das Entidades Independentes, num total de 514.

Durante o ano de 2017 procedeu-se à preparação, informação, organização e acompanhamento das eleições para os seguintes órgãos externos:

- em 07/06/2017 um membro para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa;
- em 11/05/2017 os membros para o Conselho Nacional de Saúde e para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- em 20/10/2017, três membros para o Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN; os representantes dos Grupos Parlamentares no Conselho Nacional de Educação; o Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Presidente e um vogal para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e a Provedora de Justiça;

- em 27/11/2017 um membro para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa e quatro membros para o Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as **“Atividades Parlamentares”** representam **50,5% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 93,4%**, registando-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subactividades:

Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	OAR2017	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
Presidente da Assembleia da República	127.609,00	127.606,57	100,0%	0,4%
Gabinete de Apoio ao PAR	751.720,00	748.512,31	99,6%	2,2%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.204.105,02	1.138.665,01	94,6%	3,4%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	437.413,00	405.774,83	92,8%	1,2%
Conselho de Administração	77.000,00	76.626,27	99,5%	0,2%
Grupos Parlamentares	1.019.851,00	1.015.356,49	99,6%	3,0%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.736.432,24	8.557.631,66	98,0%	25,2%
Comissões Parlamentares	719.277,00	466.673,68	64,9%	1,4%
Deputados	21.290.754,08	19.995.544,73	93,9%	58,9%
Cerimónias Comemorativas	41.254,00	20.792,40	50,4%	0,1%
Deslocações em Território Nacional	13.977,00	7.808,24	55,9%	0,0%
Deslocações ao Estrangeiro	1.234.891,11	856.977,75	69,4%	2,5%
Grupos Parlamentares de Amizade	67.760,00	37.626,77	55,5%	0,1%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	528.430,23	424.374,38	80,3%	1,2%
Programa Parlamento Jovem	103.582,00	85.283,25	82,3%	0,3%
TOTAL DAS DESPESAS	36.354.055,68	33.965.254,34	93,4%	100,0%

O **Quadro 6** permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subactividades que integram as **“Atividades Parlamentares”**, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 84,1% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- **“Deputados” (58,9%)**, que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídio de reintegração. Salienta-se que a reversão das reduções remuneratórias contribui para o acréscimo verificado (cfr. Quadro 7);

- **“Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” (25,2%)** onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, tendo por limite o *plafond* para remunerações fixado pelo artigo 46.º da LOFAR, acrescidas dos respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e para a Segurança Social. Estas remunerações foram também objeto de reversão da redução remuneratória, mantendo-se o limite do *plafond*, pelo que a variação é visível apenas nos encargos da entidade patronal (CGA e Segurança Social), suportados pela Assembleia da República.

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2016	2017	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	123.740,16	127.606,57	3,1%
Gabinete de Apoio ao PAR	659.802,22	748.512,31	13,4%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.167.184,76	1.138.665,01	-2,4%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	398.916,49	405.774,83	1,7%
Conselho de Administração	75.329,90	76.626,27	1,7%
Grupos Parlamentares	1.013.481,80	1.015.356,49	0,2%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.490.521,25	8.557.631,66	0,8%
Comissões Parlamentares	292.322,44	466.673,68	59,6%
Deputados	19.803.786,89	19.995.544,73	1,0%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	75.249,55	20.792,40	-72,4%
Deslocações em Território Nacional	3.767,30	7.808,24	107,3%
Deslocações ao Estrangeiro	663.517,93	856.977,75	29,2%
Grupos Parlamentares de Amizade	35.389,18	37.626,77	6,3%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	137.765,93	424.374,38	208,0%
Programa Parlamento Jovem	91.965,52	85.283,25	-7,3%
Sessão Solene de Tomada de Posse do Presidente da República	9.452,02	0,00	n.a.
TOTAL DAS DESPESAS	33.042.193,34	33.965.254,34	2,8%

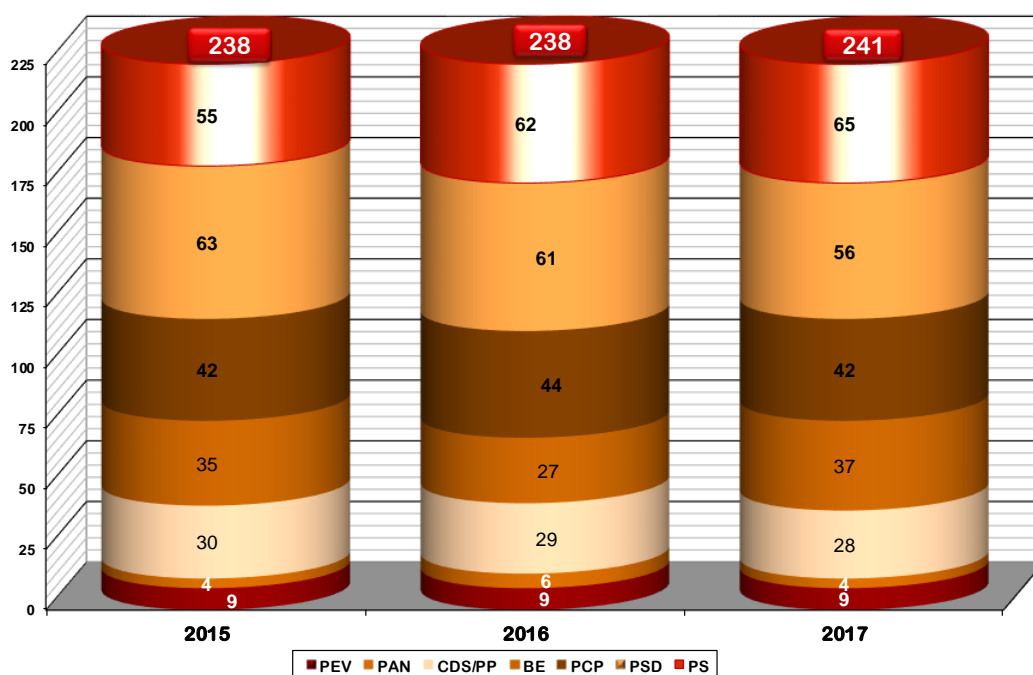
Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2016 para 2017 (Quadro 7), as **“Atividades Parlamentares”**, em termos globais, registaram um acréscimo de 2,8% que em termos absolutos representam um crescimento de 923.061,00€.

Esta variação foi, essencialmente, influenciada pela execução orçamental das seguintes subactividades: **“Receção de Delegações e Entidades Oficiais”** (variação absoluta de +286 608,45€, o que representa +208%), **“Deslocações ao Estrangeiro”** (variação em termos absolutos de +193.459,82€, o que representa +29,2%), **“Deputados”** (variação absoluta de +191.757,84€, o que representa +1%); e **“Comissões Parlamentares”** (variação absoluta de +174.351,24€, o que representa +59,6%).

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de dezembro, é apresentada no Gráfico 4 seguinte.

Gráfico 3 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES E AO DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE UM PARTIDO



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares.

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no plafond atribuído aos Grupos Parlamentares**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal, conforme valores que, de seguida, se apresentam:

Ano	Segurança Social	Varição ano anterior (%)
2013	€1.401.023,85	n.a.
2014	€1.457.310,70	4,0%
2015	€1.442.402,39	-1,0%
2016	€1.518.982,76	5,3%
2017	€1.526.993,35	0,5%

2.2 Comissões parlamentares

Durante o ano de 2017 (final da 2ª Sessão Legislativa e início da 3.ª Sessão Legislativa, da XIII Legislatura), funcionaram **15 comissões parlamentares**, sendo 12 comissões permanentes, 1 comissão eventual e 2 comissões eventuais de inquérito.

Comissões Especializadas Permanentes

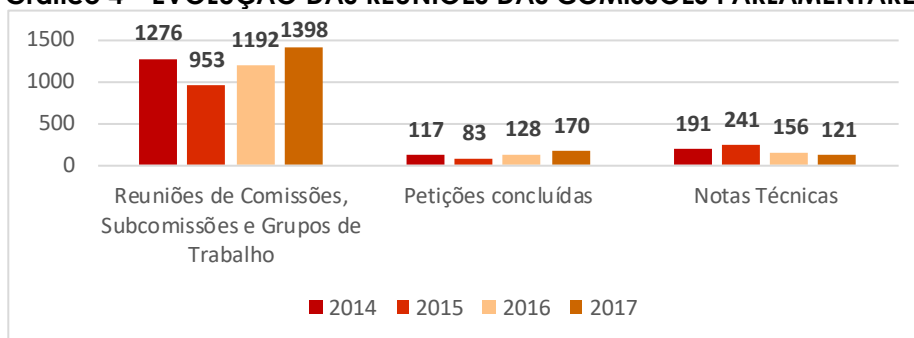
Designação XIII Legislatura
1.ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
2.ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
3.ª - Comissão de Defesa Nacional
4.ª - Comissão de Assuntos Europeus
5.ª - Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa
6.ª - Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
7.ª - Comissão de Agricultura e Mar
8.ª - Comissão de Educação e Ciência
9.ª - Comissão de Saúde
10.ª - Comissão de Trabalho e Segurança Social
11.ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação
12.ª - Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Comissões eventuais

Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas
Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco
Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que se relaciona com a nomeação e a demissão da Administração do Dr. António Domingues

Em 2017 as Comissões, as Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram **1.398 reuniões**, num total de **3302 horas**, das quais **424** contaram com a presença de **Membros do Governo**, num total de **600 audições** realizadas. Foram ainda concedidas **246 audiências**.

Gráfico 4 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES



No que ao exercício do direito de petição diz respeito, constata-se que, durante o ano de 2017, foram **recebidas e registadas** pela Assembleia da República **207 petições**, 70 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, sendo que 147 foram remetidas por via eletrónica. Foram **concluídas** em comissão **170 petições**, das quais 95 admitidas em 2016, 6 em 2015, 1 em 2013 e 1 em 2012.

Para além destas, deve ainda referir-se o funcionamento de **68 Grupos de Trabalho** constituídos no âmbito das diversas comissões permanentes e de 2 Subcomissões (a Subcomissão de Ética e a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação - criadas no âmbito da 1ª Comissão CACDLG), trabalhos que incluíram **288 representações e deslocações** em território nacional e no estrangeiro.

2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar que a Deputada Ana Catarina Mendes foi eleita Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e o Deputado Vitalino Canas foi eleito Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da OTAN, enquanto a Deputada Isabel Santos, Presidente da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, continuou a exercer o cargo de Vice-Presidente desta assembleia parlamentar e, no âmbito da União Interparlamentar, o Deputado Duarte Pacheco continuou no cargo de Presidente do Grupo Geopolítico dos Doze Mais.

Constam do Quadro 8 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subactividades (“**Comissões Parlamentares**”, “**Deslocações ao estrangeiro**”, “**Grupos Parlamentares de Amizade**”, “**Serviços da AR**” e “**Cooperação Parlamentar**”):

Quadro 8 – EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES

	2014	2015	2016	2017
N.º de deslocações	499	496	483	471
Despesa assumida	1.019.485	1.135.812	752.681	998.492
Despesa/deslocação	2.043	2.290	1.558	2.120

Importa referir que as deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, evidenciam um acréscimo na despesa por deslocação, de 2016 para 2017, voltando aos valores de referência médios dos anos de 2014 e de 2015. Tal facto decorre de uma alteração ao procedimento do registo das faturas inerentes às aquisições de viagens e de alojamentos.

No ano de 2017 funcionaram 50 **“Grupos Parlamentares de Amizade” (GPA)**, no âmbito **bilateral**, e 1 Grupo Parlamentar de Amizade no quadro **multilateral**.

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2017, um conjunto de 144 reuniões:

Evolução da Atividade dos Grupos Parlamentares de Amizade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de Grupos existentes	41	41	46	51	53	53	50	51
Nº de Reuniões realizadas	128	42	201	224	203	127	228	144

2.4 Cerimónias e Sessões Solenes

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se **19** eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se **12** cerimónias de boas-vindas, **1** evento, além de visitarem a Assembleia da República **23** delegações internacionais.

Entre 1 de janeiro e 30 de dezembro de 2017 o Presidente da Assembleia da República concedeu 75 audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

No **plano nacional** destacam-se ainda a organização de **14** cerimónias de tomada de posse, **25** iniciativas de organizações da sociedade civil ou da própria Assembleia da República e **22** cerimónias comemorativas, de homenagem e de inauguração.

2.5 Parlamento dos Jovens

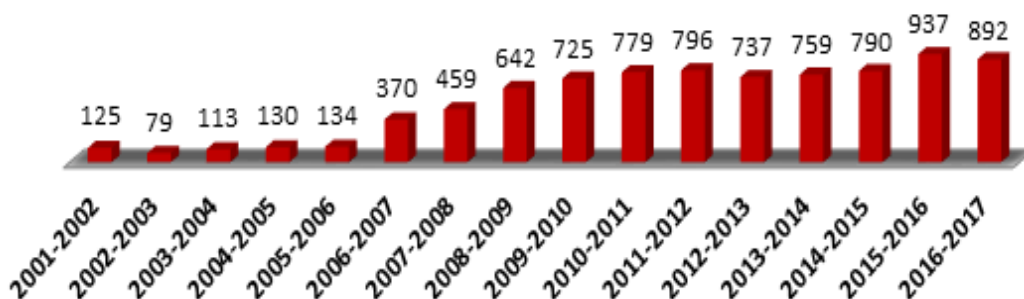
O programa **Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, privado e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos Círculos da Europa e de Fora da Europa, que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR. Tem como principais objetivos apelar à participação dos jovens no debate democrático, alertar para a importância do exercício e

da vivência de uma cidadania ativa e promover a consciência cívica, nomeadamente para as questões que afetam o seu presente e futuro, individual e coletivo.

Cabe à **Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura** definir as orientações para o programa, cuja execução se desenvolve em parceria com as seguintes entidades: Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Instituto Português do Desporto e Juventude, Direções Regionais da Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores e Direções Regionais de Educação e de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira. Salienta-se ter sido registado um total de 431 debates com a presença de Deputados da AR.

A edição 2016/2017 do Parlamento dos Jovens assinalou o 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, lançando um desafio a alunos e professores para que explorassem o texto fundador da nossa democracia fazendo da presente edição do programa um grande debate sobre os direitos e os deveres consagrados na Constituição e sobre a organização económica e política do país.

Gráfico 5 – Evolução de inscrições no Parlamento dos Jovens
(desde 2001, ano em que o programa foi alargado também ao ensino secundário)¹



No total, registaram a sua inscrição nesta edição 892 estabelecimentos de ensino, o segundo número mais elevado de inscrições no programa, ainda que, relativamente à edição passada, haja a assinalar um decréscimo de 45 escolas. Inscreveram-se 454 escolas na sessão do ensino básico e 438 na do ensino secundário.

O quadro abaixo sintetiza os dados estatísticos gerais sobre a evolução da participação das escolas e dos alunos no programa nos últimos quatro anos. Os números são representativos do reconhecimento da importância que este projeto educativo mantém ao longo dos anos para a comunidade escolar, em particular no âmbito da transmissão de valores democráticos e no

¹ Entre 1995 e 2000 o programa tinha apenas uma sessão, dedicada ao ensino básico. Pelo que foi possível apurar nos registos disponíveis, terão participado, ao longo desses cinco anos, cerca de 60 escolas no programa, então designado “Parlamento das Crianças e dos Jovens”.

desenvolvimento de competências essenciais para a vivência de uma cidadania ativa e para a formação cívica dos jovens.

Quadro 9 – Evolução da participação de escolas e alunos no Parlamento dos Jovens

Edição	ENSINO BÁSICO				ENSINO SECUNDÁRIO				TOTAL Ensino Básico+ Ensino Secundário			
	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017
Escolas inscritas	367	398	479	454	392	392	458	438	759	790	937	892
Turmas envolvidas	1.812	2.139	2.493	2.718	1.820	1.998	2.064	1.823	3.632	4.137	4.557	4.550
Participantes nas listas eleitorais	13.554	14.997	18.745	14.899	10.684	9.580	11.282	8.665	24.238	24.577	30.027	23.564
Votantes: eleições sessões escolares	84.052	87.092	105.943	94.796	60.566	59.674	68.360	63.612	144.618	146.766	174.303	158.408
Deputados eleitos: sessões escolares	6.543	7.440	9.112	7.874	5.994	5.797	6.840	5.775	12.537	13.237	15.952	13.649
Deputados eleitos: sessões distritais/regionais	1.123	1.291	1.445	1.357	1.252	1.272	1.377	1.314	2.375	2.563	2.822	2.671
Escolas eleitas: sessão nacional	62	63	64	64	65	65	65	65	127	128	129	129
Deputados eleitos: sessão nacional	124	126	128	128	130	130	130	130	254	256	258	258

A participação dos Deputados da AR é muito valorizada e um importante incentivo nas várias etapas do Parlamento dos Jovens, designadamente nos debates nas escolas, nas sessões distritais e regionais, nas reuniões de comissões e no plenário das sessões nacionais. O quadro abaixo sintetiza os números da participação dos Deputados ao longo da edição 2016/2017:

Participação dos Deputados no Parlamento dos Jovens 2016/2017

FASES DEP.	PSD	PS	BE	CDS-PP	PCP	PEV	TOTAIS
Debates nas escolas	152	130	25	21	30	3	361
Sessões Distritais/Regionais	16	16	3	3	2	0	40
Sessões Nacionais	7	6	3	4	4	4	28

2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subactividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, em 2017, engloba apenas os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,3% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos suportados por esta subactividade, num total de 177.776,10€ apresentam, em 2017, um decréscimo de 2,8% relativamente ao pago no ano anterior (-5.098,07€), refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

Quadro 10 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2016	2017	Var% 2016/2017
UIP	62.145,34	55.550,34	-10,6%
UIP – Grupo Doze Mais	536,00	536,00	0,0%
APCE	10.000,00	10.000,00	0,0%
APNATO	36.241,00	36.898,00	1,8%
APOSCE	30.978,00	31.597,00	2,0%
ASG UIP	457,04	413,61	-9,5%
APM	37.700,00	37.700,00	0,0%
Secretariado COSAC	1.730,18	1.726,44	-0,2%
Várias	3.086,61	3.354,71	8,7%
Total	182.874,17	177.776,10	-2,8%

3. Atividades de Apoio

No ano de 2017, a gestão das várias “**Atividades de Apoio**” continuou a pautar-se por objetivos direcionados a uma contínua racionalização de recursos, à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações, à abertura do Parlamento ao cidadão, à conservação do património imobiliário da AR com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

Conforme Quadro 4 supra, as “**Atividades de Apoio**” corresponderam, em 2017, a 39,4% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subactividade “**Serviços da Assembleia da República**”, por onde são pagas as remunerações e os encargos da entidade patronal com pessoal dos SAR, como a mais representativa na estrutura de despesa, com 61,6% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 11).

Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	OAR2017	Encargos assumidos		
	Corrigido	Montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	17.969.415,90	16.325.083,96	90,8%	61,6%
Gabinete do Secretário-Geral	569.395,00	540.832,85	95,0%	2,0%
Formação	227.654,00	100.802,11	44,3%	0,4%
Ação Social	459.000,00	207.015,33	45,1%	0,8%
Despesas de Funcionamento	12.025.197,14	9.186.251,43	76,4%	34,7%
Gabinete Médico	141.714,00	133.736,76	94,4%	0,5%
TOTAL	31.392.376,04	26.493.722,44	84,40%	100,00%

O acréscimo de 3,2% dos encargos assumidos com as “**Atividades de Apoio**” (Quadro 12) reflete, sobretudo, o aumento de encargos ao nível da subactividade “**Serviços da Assembleia da República**” (representa em termos absolutos mais 818.749,22€). Regista-se a variação negativa de 43% da subactividade “**Ação Social**” que decorre de os pagamentos dos subsídios de estudo dos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017 terem sido efetuados, na sua grande maioria, em 2016.

Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2016	2017	
Serviços da Assembleia da República	15.506.334,74	16.325.083,96	5,3%
Gabinete do Secretário-Geral	522.772,60	540.832,85	3,5%
Formação	77.914,71	100.802,11	29,4%
Ação Social	362.944,17	207.015,33	-43,0%
Despesas de Funcionamento	9.063.434,95	9.186.251,43	1,4%
Gabinete Médico	127.542,43	133.736,76	4,9%
TOTAL	25.660.943,60	26.493.722,44	3,2%

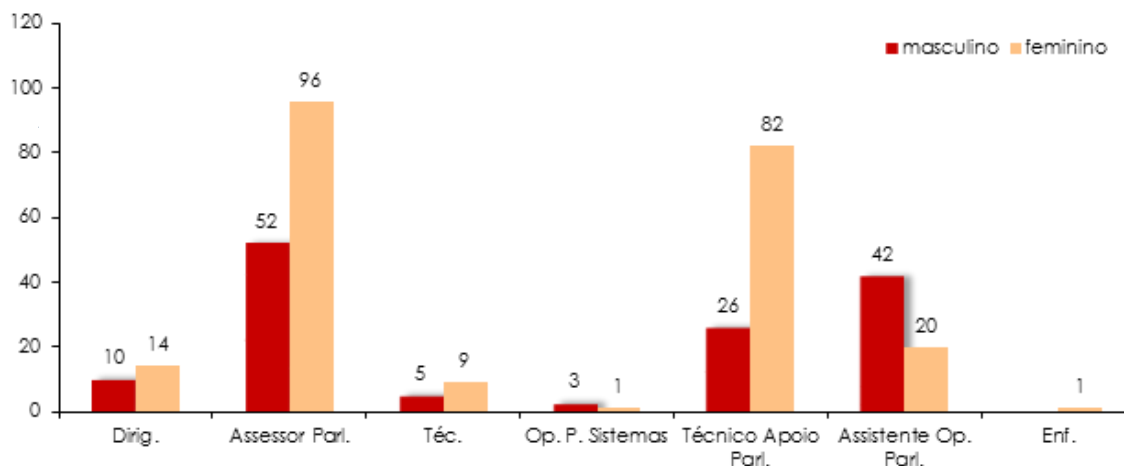
3.1 Gestão dos Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2017 registou-se um total de **361 funcionários em efetividade de funções** nos serviços da Assembleia da República, aqui se incluindo 21 funcionários em regime de cedência de interesse público (dos quais 6 para desempenho de funções na UTAO) e **8 funcionários em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto**. A este número de efetivos acresce ainda 5 contratos de avença com pessoas singulares.

Por outro lado, nas Entidades Independentes, cujos orçamentos integram o OAR, competindo à AR, nos termos legais, assegurar o apoio logístico e/ou administrativo, em 31 de dezembro de 2017 encontravam-se a prestar funções 8 trabalhadores, com a seguinte distribuição: 5 no CJP, 1 no CFSIRP, 1 no CNPMA e 1 no CFBDP-ADN). Acresce ainda duas prestações de serviços na modalidade de avença, no CNPMA.

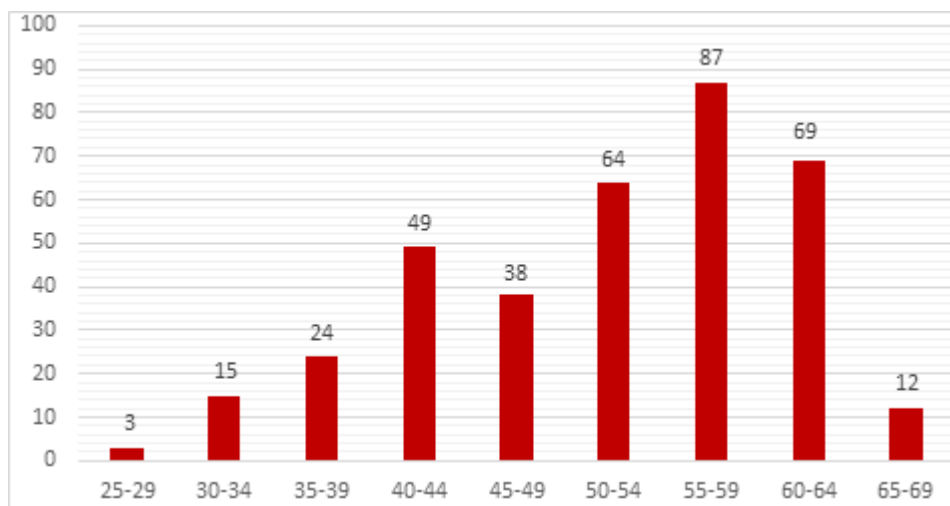
Apresenta-se, de seguida, o gráfico de distribuição dos efetivos por género e grupos profissionais:

Gráfico 6 - EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS



O grupo de assessor parlamentar é o que mais se destaca com 148 efetivos, com uma representatividade de cerca de 41% do total de funcionários dos Serviços da Assembleia da República. O total de assessores face ao número total de efetivos em exercício de funções apresenta um aumento de cerca de 2% comparativamente com 2016. O segundo grupo que apresenta maior expressão representativa é o grupo técnico de apoio parlamentar com um total de 108 efetivos.

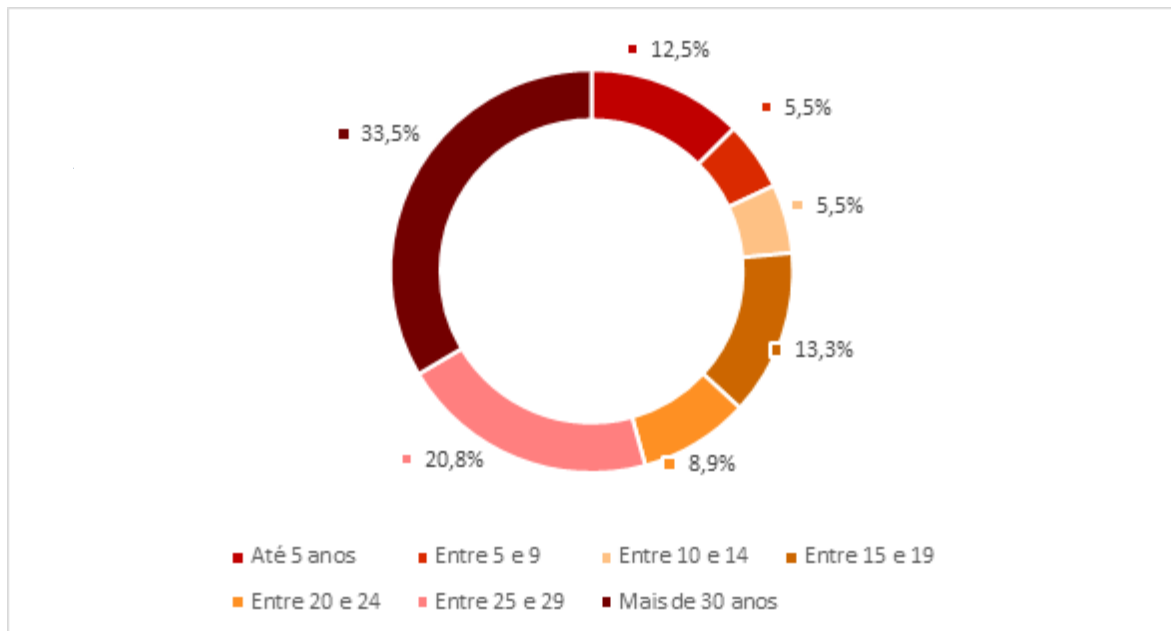
Gráfico 7 - EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



Como já vem sendo habitual, o escalão etário dos 55-59 anos é o que detém maior número de efetivos, contabilizando 87 funcionários, o que corresponde a 24.1% do total de efetivos em exercício de funções nos Serviços da Assembleia da República.

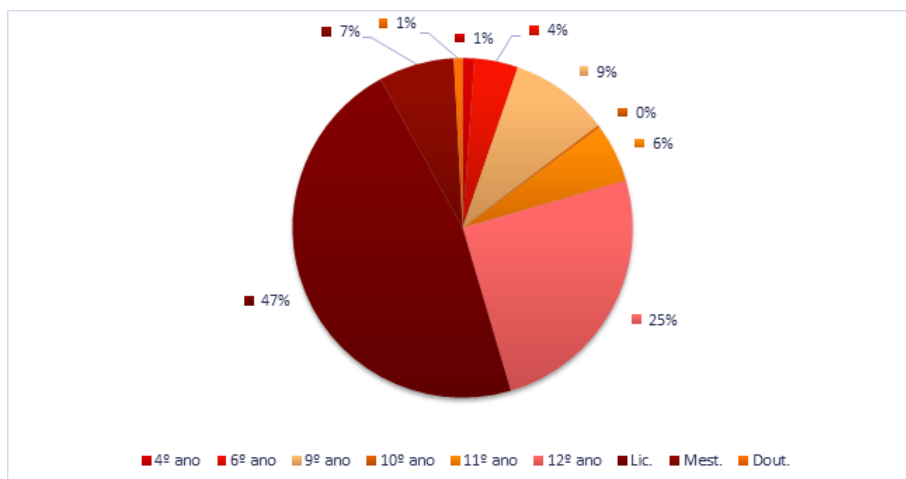
A média etária em 2017 situou-se nos **51,6 anos**, o que representa um acréscimo de 0,4 anos face ao período homólogo.

Gráfico 8 - EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE



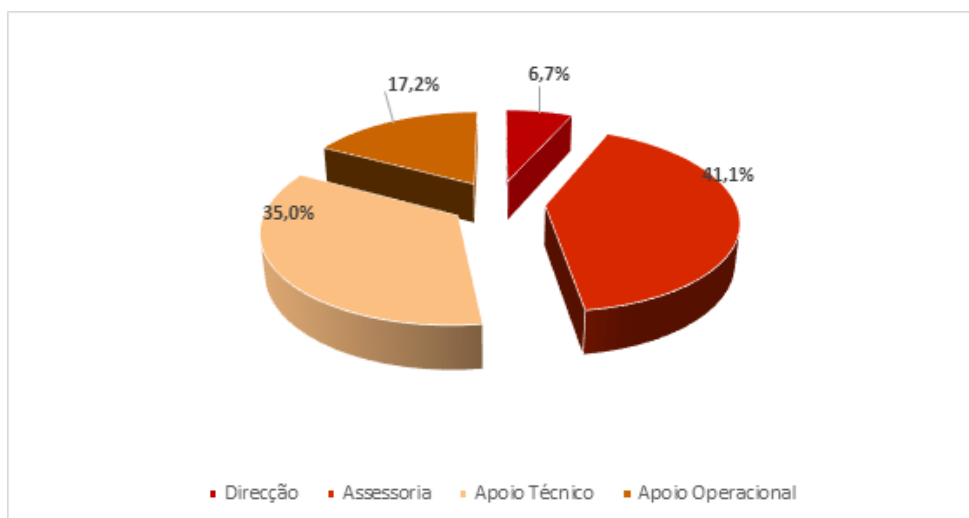
33.5% do total de efetivos detêm mais de 30 anos de exercício em funções públicas, correspondendo a cerca de 1/3 do total de funcionários. Esta expressão percentual corresponde a um aumento de 2% em relação a 2016. Os escalões que compreendem os valores entre 5 e 14 anos de antiguidade são aqueles que apresentam menor expressão, em parte explicada pelos anos de maior contenção orçamental e pela suspensão de procedimentos concursais.

Gráfico 9 - EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



No que respeita ao nível habilitacional, podemos concluir que 55% do total de efetivos detêm habilitação académica superior, aqui se incluindo os graus de licenciatura, mestrado e doutoramento. Os níveis académicos mais baixos continuam com a linha de tendência de diminuição por força da saída de efetivos.

Gráfico 10- FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE



Na Assembleia da República podemos assumir que existem 4 grandes grupos de efetivos, distribuídos por tipo de atividade. O grupo dirigente, que é naturalmente o que tem menor representatividade. Em polo oposto está o grupo de assessoria, com 41.1% do total de funcionários, logo seguido do apoio técnico. O restante grupo, que agrupa 17.2% do total de efetivos, é o grupo de apoio operacional, e que tem como principal intervenção ao nível de apoio quer dos serviços, quer da multiplicidade e diversidade de eventos que a AR acolhe. A constituição destes grandes grupos de atividades ocorre, naturalmente, devido à natureza das especificidades técnicas e de apoio necessários a um órgão de soberania como é a Assembleia da República.

3.2 Formação

No que se refere à **Formação Profissional**, assinala-se a execução do Plano de Formação para 2017, no âmbito do qual se realizaram 11.693 horas de formação (9.714 internas e 1.979 externas), que abrangeram todos os Grupos de Pessoal.

Horas de Formação por Grupo Profissional	2017						2016	2017
	Dirigente	Assessor Parlamentar	Técnico	Técnico A. Parlamentar	Assistente Operacional	Outros	Total	Total
Horas de Formação. Interna	762	5.821	134	1.673	1.324	0	7.025	9.714
Horas de Formação Externa	50	1.596	27	272	34	0	1.108	1.979
Total	812	7.417	161	1.945	1.358	0	8.133	11.693

Ocorreram 1.184 participações em ações de formação (1.043 internas e 141 externas), as quais abrangeram Funcionários Parlamentares, Funcionários de Grupos Parlamentares e Funcionários de Conselhos, cujo, orçamento, integram o OAR.



Total de participações em ações de formação	
Internas	1.043
Externas	141
Total	1.184

As ações de formação executadas ao longo de 2017 foram distribuídas por diversas áreas formativas, tendo todas elas como objetivo genérico desenvolver as competências individuais e coletivas dos Funcionários Parlamentares.

Os cursos relacionados com as áreas de: Assuntos Jurídicos (1.219 horas); Línguas (4.253 horas); Gestão de Recursos Humano (2.058 horas); Informática (1.463 horas); Assuntos de Economia e Finanças (465 horas); Administração Pública (362 horas) e os Cursos destinados às Carreiras Parlamentares – Assessores Parlamentares (421 horas) e Técnicos de Apoio Parlamentar (626 horas) - foram os que tiveram maior participação de formandos.

3.3 Atividade Cultural e de Comunicação

No que toca à difusão dos trabalhos e atividades parlamentares através do Canal Parlamento, registou-se, em 2017, novo acréscimo no que respeita ao número total de horas de emissão – 7500 horas em 2017 –, a maior parte das quais ocupadas com os trabalhos das Comissões Parlamentares (1200 horas de gravação de reuniões).

No âmbito da atividade cultural, as **visitas ao palácio de S. Bento** assumem um papel importante porquanto apresentam o Parlamento e o Palácio de S. Bento numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa.

No ano em análise, salvo a não realização das Jornadas Europeias do Património (devido às autárquicas), manteve-se o formato das visitas dos últimos anos, com visitas guiadas em dias úteis e no último sábado do mês e visitas livres nos dias de “Parlamento de Porta Aberta”, este ano apenas no âmbito das comemorações do 25 de Abril, durante a tarde.

Em 2017 foram, assim, acolhidos **17 941 visitantes** ao Palácio de S. Bento, dos quais **15 663** participaram nas **418 visitas guiadas** realizadas.

Relativamente ao número de **visitas guiadas** efetuadas, verifica-se um incremento de 9% relativamente a 2016 (mais 36 visitas), verificando-se também um aumento de 5% no número de visitantes participantes em visitas guiadas, relativamente a 2016, aumento este justificado pelo acréscimo de visitas guiadas e pela dimensão dos grupos.

Relativamente ao público-alvo das visitas guiadas, continua a registar-se que os participantes são maioritariamente estudantes de instituições dos vários graus de ensino, numa proporção de 69%, pelo que é pertinente dar continuidade ao trabalho desenvolvido no sentido de utilizar este forte instrumento de apresentação do Parlamento, como referido, numa perspetiva pedagógica e de cidadania e de forma participativa e interativa.

Gráfico 11.1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS (DIAS ÚTEIS E SÁBADOS)

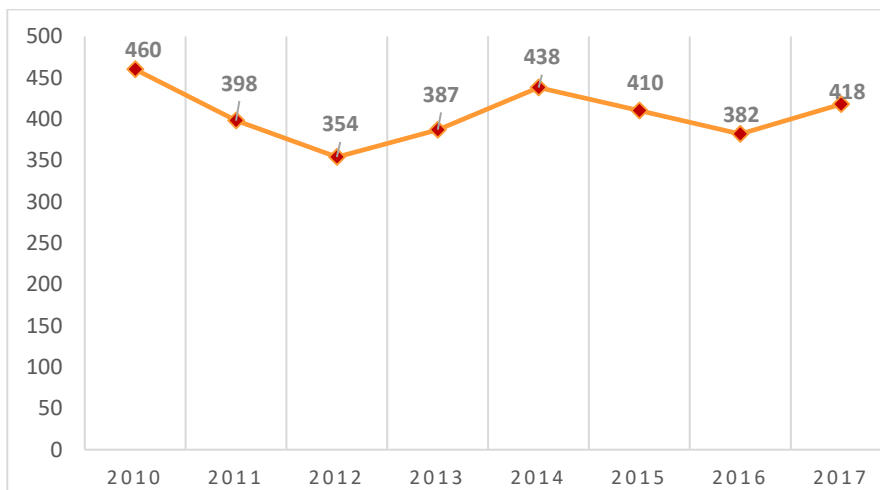
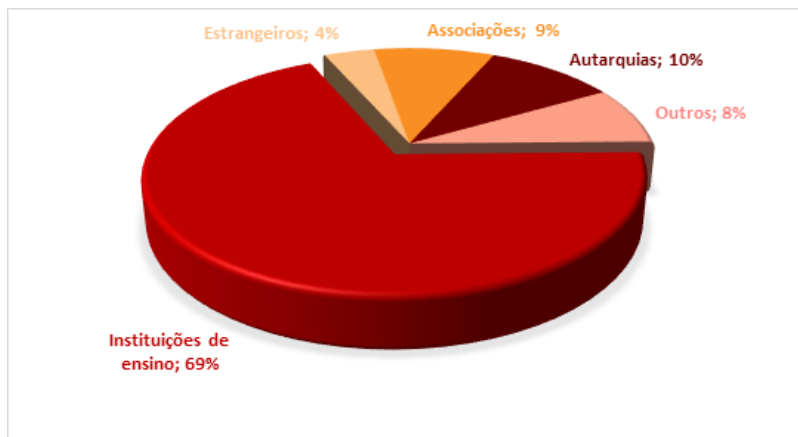


Gráfico 11.2 – DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)

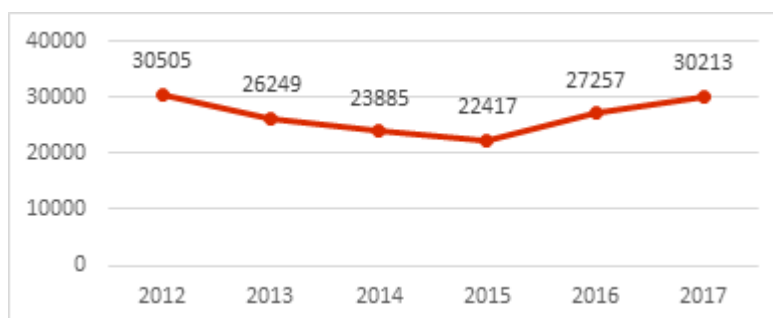


Quanto às **visitas livres**, em 2017, no dia do “**Parlamento de Porta Aberta**”, os cidadãos foram convidados a visitar o Palácio de S. Bento na tarde do dia 25 de Abril, sendo que foram acolhidos **2 278** visitantes.

No que diz respeito à **assistência a sessões plenárias**, em 2017 continuou a verificar-se a tendência de aumento do interesse por parte dos cidadãos, tendo sido registada a presença na Sala das Sessões de **30 213** pessoas. Comparativamente com 2016, em que se registou a presença de 27 257

cidadãos, continua a verifica-se a tendência de aumento de presenças de cidadãos nas galerias, traduzindo-se num aumento de 10%.

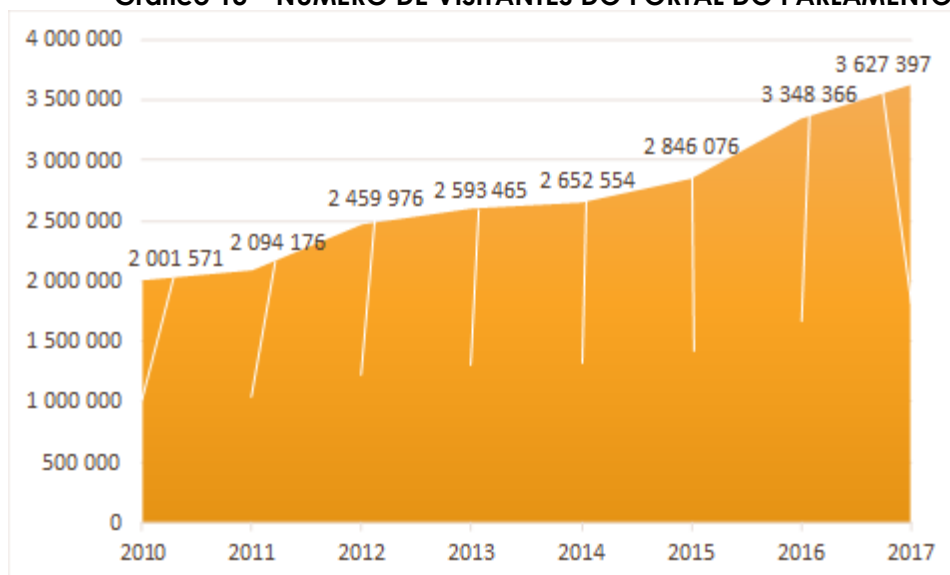
Gráfico 12 – EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS



O **portal internet** da Assembleia da República, www.parlamento.pt, continua a ser o veículo de comunicação mais abrangente, difundindo toda a atividade parlamentar que decorre no Parlamento, a cada momento.

Em termos estatísticos, o total de visitantes do portal foi de **3 627 397**, o que representa uma média mensal de **302 283** acessos, mantendo-se a tendência de crescimento verificada nos últimos anos.

Gráfico 13 – NÚMERO DE VISITANTES DO PORTAL DO PARLAMENTO



Manteve-se ainda a publicação da **ComunicAR**, uma *newsletter* mensal de toda a atividade parlamentar, distribuída a cerca de **25.000** endereços de correio eletrónico.

A página de *Facebook* da AR TV continuou a registar níveis crescentes de acessos e de interação com os espectadores, quer em termos de visionamento dos vídeos, quer de resposta às mensagens recebidas.

3.4 Funcionamento

3.4.1. Os objetivos estratégicos em 2017 continuaram a centrar-se em "**Reforçar a eficiência através das melhores práticas de gestão**" e em "**Melhorar a comunicação e reforçar a eficácia dos sistemas de informação**:"

- **Utilizar métodos de trabalho de equipa**, para o qual foram realizadas várias reuniões com o objetivo de envolver e comprometer todos os seus elementos nos processos para atingir os objetivos, as metas e concretizar a missão, promovendo, deste modo, um conhecimento partilhado e global das matérias tratadas e a tratar.
- **Simplificar Procedimentos:** procedeu-se à agregação de bens ou serviços num único contrato, assegurando, assim, uma real e significativa diminuição dos procedimentos administrativos e uma maior celeridade na aquisição deste tipo de bens e serviços, desde que devidamente abrangidos pelo contrato. São exemplos os seguintes contratos: manutenção de jardins passando a incluir vários tipos de trabalhos e de plantas, antes dispersos; inclusão dos serviços de controlo de pragas de todos os edifícios da AR num único contrato. Por outro lado, foram simplificados os procedimentos relativos à gestão de bens móveis particularmente no que se refere a entradas de bens e saídas dos armazéns e o respetivo controlo, criando modelos de comunicação de entrada e saída deste tipo de bens.
- **Reforçar a participação dos funcionários nos processos de gestão:** com objetivo de obter a sua participação ativa e melhoria contínua dos processos a desempenhar.
- **Melhorar a segurança e a qualidade da informação:** a título de exemplo, foi efetuado um inquérito mistério com o objetivo de avaliar a real qualidade do serviço de restauração. Os clientes mistério atuam como clientes normais, mas prestam uma atenção cuidada aos pontos mais críticos do serviço preenchendo, no final, um questionário para análise da "entidade contratante". O resultado permitiu aferir, numa escala de 1 a 5, que os utentes mostram um grau de satisfação de 3.5.
- **Melhorar a eficácia dos procedimentos processuais**, foram concluídos os trabalhos de upgrade da base tecnológica da aplicação ARDAPAT - aplicação onde se encontram todos os procedimentos concursais desde 2002; efetuou-se o estudo com vista à caracterização das compras realizadas na DAPAT no biénio 2015-2016; divulgaram-se as linhas orientadoras para aplicação das reduções contratuais previstas pela Lei do OE/2017, monitorizaram-se os encargos

sobre a evolução dos encargos autorizados com contratos de aquisição de serviços no ano de 2017 e divulgaram-se as novas alterações ao Código da Contratação Pública.

- **Melhorar a comunicação com outros serviços** – foi dada continuidade à monitorização do Portal das Requisições – Requisições aos armazéns, requisições às compras e requisições obras, manutenção e assistência -, com a consequente interface nos respetivos módulos do SIGAR; reorganizou-se o arquivo “Y:” da divisão de acordo com a estrutura de assuntos definida para a divisão; foi ainda prestada colaboração contínua e apoio técnico aos vários serviços da AR, nas componentes SIGAR – Aprovisionamento – e Plataforma Eletrónica da Assembleia da República (PEAR), bem como, na componente de assessoria jurídica, contribuindo para que os serviços efetuam as suas aquisições num quadro de rigor.

3.4.2. No que se refere à **política ambiental** e com o objetivo de transformar a AR numa organização ambientalmente sustentável e eco eficiente, foi elaborado um Plano de Gestão de Resíduos, com orientações sobre a identificação dos tipos de resíduos produzidos e monitorização da sua produção. Foram definidos circuitos de recolha e locais de armazenamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE),

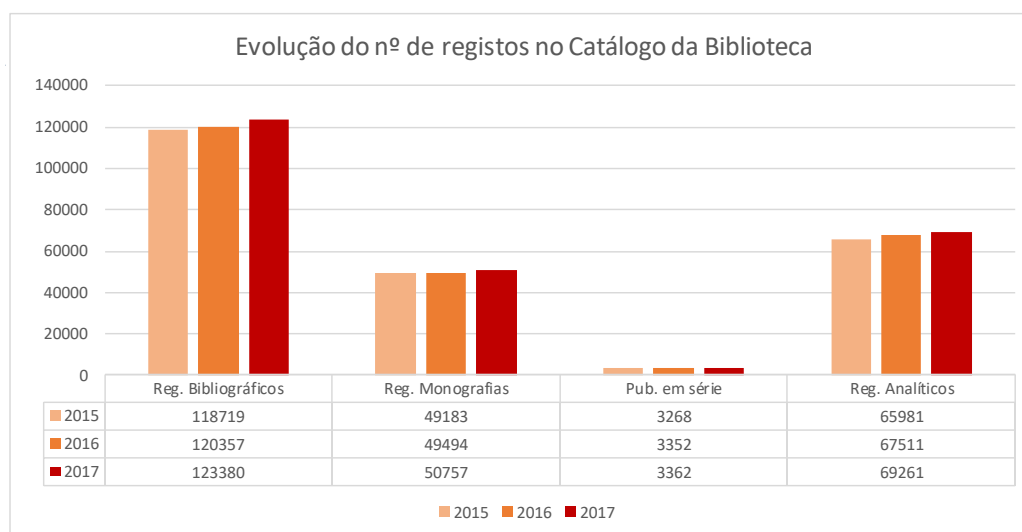
Procedeu-se, ainda, à comunicação anual de resíduos da Assembleia da República à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. através do preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR).

Efetuuou-se uma monitorização semestral de relatórios de consumo de água e de energia elétrica, identificando-se tendências e lacunas só passíveis de colmatar com uma gestão ambiental transversal a toda a Assembleia. A este respeito, foi adquirido um equipamento amovível de monitorização do consumo de energia elétrica cuja utilização possibilitará a aferição dos consumos por edifício e/ou mesmo seção.

Deu-se início à utilização de critérios ambientais no controlo dos consumos de água e de energia e na análise do ciclo de vida de materiais e equipamentos, designadamente, na sua produção e também no melhor modo de os encaminhar para destino final adequado aquando do seu fim de vida.

Em 2017, foram também desenvolvidos ícones ambientais para uma divulgação mais eficaz de boas práticas e demais informações úteis, criando-se uma página na intranet dedicada a esta temática.

3.4.3. No que respeita à **Biblioteca**, existiam, no final de 2017, 123 380 registos bibliográficos, 50 757 registos de monografias, 3 362 registos de séries e 69 261 registos de analíticos (artigos de publicações em série e de monografias).



3.4.4. A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2017, nas vertentes de tradução e revisão de textos em oito línguas de trabalho (português, inglês, francês, espanhol, alemão, árabe, italiano, e russo), bem como do apoio linguístico, nomeadamente em documentação de apoio a conferências e reuniões de assembleias parlamentares, documentação relativa às comissões parlamentares, apresentações de diapositivos para delegações estrangeiras, intervenções e curricula de deputados, legislação e nomenclatura de legislação específica, pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, questionários, relatórios, textos relativos a peças do Museu, programas de conferências, correspondência dos Gabinetes e outros.

Destaca-se o apoio, ao nível de tradução, dado às reuniões das organizações parlamentares internacionais, em particular no âmbito das atividades da presidência do Grupo Geopolítico dos 12+, da União Interparlamentar, quer em Portugal quer no estrangeiro, e também no apoio às atividades da presidência da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo.

4. Atividade Editorial

A Assembleia da República deu continuidade, em 2017, à atividade cultural e editorial, traduzida na edição de livros, brochuras, folhetos, convites e outros materiais promocionais; na organização de exposições relacionadas com a história e a atividade do Parlamento; na dinamização e comercialização de artigos na Livraria Parlamentar; na produção de peças e artigos evocativos; na gestão de *stocks* e dos armazéns de peças e publicações, bem como das ofertas institucionais; na organização de sessões de lançamento de livros e na divulgação do Parlamento, quer através da Livraria Parlamentar, quer da participação anual na Feira do Livro de Lisboa.

Foram editados 10 livros, dos quais 2 são publicações eletrónicas, registando-se um decréscimo de 2 títulos relativamente a 2016.

No âmbito da comunicação institucional foi dada continuidade aos trabalhos de conceção de imagens coordenadas para os eventos da Assembleia da República e pela produção de materiais de divulgação diversos (anúncios, cartazes, convites, sinalética, programas, telas, *roll ups*, folhetos, imagens para o portal da AR e para a *newsletter* Comunicar, etc.). Assinala-se, neste contexto, que a produção de materiais em formato digital continua a registar uma tendência crescente.

No ano de 2017, voltou a verificar-se um acréscimo de solicitações nesta área, decorrente do reconhecimento da necessidade de uma maior projeção dos eventos e atividades parlamentares, sobretudo na área das comissões, do protocolo e das relações internacionais.

Em 2017 organizaram-se as seguintes **exposições**: “Morte à Morte! 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal 1867-2017, “Portugal e a Grande Guerra” (Odivelas e Portalegre) e “O nascimento de uma Democracia” (Óbidos).

Também as **celebrações de abril no Parlamento** determinaram a criação de uma ampla diversidade de conteúdos e de materiais gráficos, bem como os eventos que assinalaram o início das comemorações do Bicentenário do Constitucionalismo Português.

Manteve-se a participação da Assembleia da República na **Feira do Livro de Lisboa**, que decorreu entre 1 e 18 de junho, tratando-se de um evento promotor da proximidade da instituição com os cidadãos, dando ao mesmo tempo maior visibilidade à produção editorial do Parlamento.

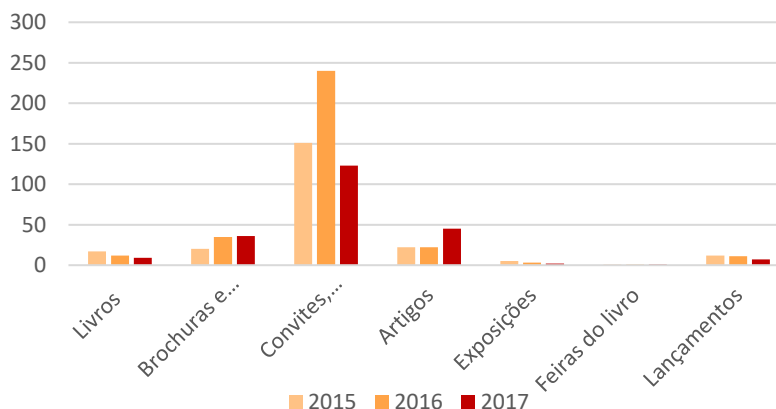
Quadro 13 - ATIVIDADE EDITORIAL 2017

Livros	
Impressos	8
Eletrónicos	1
Material promocional e de apoio a eventos	
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, anúncios, cartazes	159
Agendas	2
Peças	
Porcelanas, peles, cortiças, papelaria	43
Exposições	
Organização e colaboração (inclui apoio a itinerâncias)	1+3
Feiras do livro	
Lisboa e Livraria Parlamentar	1
Lançamento de livros	
Edições AR	2
Outras editoras	5

Ainda neste contexto, e no que se refere ao contrato de distribuição exclusiva das publicações da Assembleia da República pelas livrarias nacionais, estabelecido em 2013 com a Imprensa Nacional

Casa da Moeda, o volume de vendas continua a apresentar uma tendência decrescente, situando-se pouco acima dos 2.900€.

Gráfico 14 – Evolução da atividade Editorial



5. Cooperação Interparlamentar

5.1. Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2017, importa salientar a assinatura, em 11 de outubro de 2017, do Protocolo de Cooperação entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia da República de Moçambique, seguido da assinatura, no mesmo dia, do respetivo Programa de Cooperação técnico-parlamentar. Foram ainda assinados dois outros programas de cooperação, em 9 de março de 2017, com a Assembleia Nacional de Angola, e em 30 de junho, com o Parlamento Nacional de Timor-Leste 2017-2022. Estes novos programas deram sequência aos programas anteriormente estabelecidos e entretanto concluídos (Programa de Cooperação com a Assembleia da República de Moçambique 2014-2016, Programa de Cooperação com a Assembleia Nacional de Angola 2015-2016 e Programa de Cooperação com o Parlamento Nacional de Timor-Leste 2013-2016), os quais viram assinados os respetivos relatórios de avaliação final.

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2017, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com seis Parlamentos de língua Portuguesa:

- ✓ **Assembleia Nacional da República de Angola (ANRA) – 2 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) – 5 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB) – 8 ações**
- ✓ **Assembleia da República de Moçambique (ARM) – 5 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 4 ações**
- ✓ **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 6 ações**

5.2. Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e no quadro das atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Assembleia da República organizou, no âmbito do exercício da sua Presidência, o XVIII Encontro da ASG-PLP, na cidade de Lisboa, de 27 a 29 de setembro.

Foram ainda organizados na Assembleia da República o IV Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas da Documentação, Informação e Arquivo dos Parlamentos da CPLP, de 20 a 23 de março de 2017, e o XII Encontro de Quadros da Área de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa, de 29 de maio a 1 de junho de 2017.

A Assembleia da República participou ainda no V Encontro de Quadros na Área de Processo Legislativo, de 22 a 24 de Fevereiro de 2017, subordinado ao tema “O Papel dos Serviços de Apoio ao Processo Legislativo como motores de mudança”, na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe; no III Encontro de Quadros das Áreas de Relações Públicas, Protocolo e Relações Internacionais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, de 26 a 28 de junho de 2017, na Assembleia Nacional de Angola; e no VI Encontro dos Quadros das Áreas de Administração, Finanças e Recursos Humanos da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, de 3 a 7 de julho, no Congresso Nacional do Brasil, numa organização conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados daquele país.

Prosseguiram os trabalhos relativos à implementação da “Bases de dados da atividade legislativa e parlamentar”, com o apoio da Assembleia da República, designadamente na Assembleia Nacional de Cabo Verde, na Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe e no Parlamento Nacional de Timor Leste.

Foi criado e entrou em produção o novo *site* da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, com conceção e execução da Assembleia da República de Portugal.

Em 2017, foram ainda realizadas sete missões de *Twining*, no contexto do apoio em várias áreas ao Parlamento do Kosovo, bem como se acolheu uma visita de estudo de uma delegação do Parlamento da Antiga República Jugoslava da Macedónia, no contexto do Programa TAIEX.

6. Gestão das Tecnologias de Informação

Durante o ano de 2017 foram concretizados projetos destinados à melhoria das soluções disponibilizadas aos utilizadores e à modernização tecnológica, realçando-se o lançamento do concurso determinante para a promoção da segurança informática. Foram ainda desenvolvidos

numerosos projetos que contribuíram para o aumento da segurança informática e de informação, como a substituição de dois sistemas de importância vital para este objetivo, o *proxy* e a *firewall*.

6.1 – No âmbito da promoção da modernização administrativa, assinalam-se os seguintes projetos:

No âmbito do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital foram desenvolvidos alguns projetos informáticos que tiveram impacto significativo nas atividades deste serviço.

- **Reformulação do site do Parlamento** - Foi realizada uma reorganização de conteúdos do *site* e a alteração do seu grafismo.
- **Dados abertos** - Foram desenvolvidos mecanismos que permitem a disponibilização, em formato aberto e estruturado (*XML* e *JSON*), no *site* do Parlamento, da informação parlamentar mais relevante: registos biográficos de Deputados, faltas, iniciativas, projetos e propostas de leis, incluindo o processo do Orçamento do Estado, entre outras.
- **Plataformas digitais para a participação democrática** – Com o intuito de reforçar a interação da AR com os cidadãos, foram desenvolvidas plataformas digitais que permitem a submissão e recolha online de assinaturas de petições, iniciativas legislativas dos cidadãos e iniciativas de referendo. Estas plataformas, desenvolvidas em *software livre*, asseguram a atualização automática da Base de dados da Atividade Parlamentar e a notificação dos subscritores das iniciativas sempre que estas mudem de estado.
- **Motor de pesquisa da AR@Net e do site do Parlamento**- Os motores de pesquisa da intranet e do *site* do parlamento não incluíam ainda toda a informação armazenada nas bases de dados de diversas aplicações, não permitindo, portanto, a pesquisa de toda a informação do sistema informático. Promoveu-se a indexação de todas as bases de dados e a reconfiguração do motor de pesquisa, de forma a que este apresente os resultados de uma forma inteligente, baseada na meta informação indexada.
- **Redesenvolvimento da Aplicação AP – Atividade Parlamentar**- A atividade parlamentar é suportada por uma aplicação (AP) que fornece informação a diversas soluções informáticas entre as quais o *Site* do Parlamento. O silo tecnológico de suporte a esta aplicação está obsoleto e a sua atualização implicaria investimentos avultados. Este fator, associado à necessidade de desmaterialização do processo legislativo, conduziu à realização de uma análise técnica e funcional, para o desenvolvimento de uma nova aplicação, numa outra tecnologia. Em 2017 decorreu um concurso público para a implementação de uma nova aplicação de suporte à atividade parlamentar, cuja implementação decorrerá em 2018.
- **Bolsa de Sugestões** – Procedeu-se ao desenvolvimento de uma plataforma para submissão de sugestões por parte do cidadão, acessível através do *site* do Parlamento.

Foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Reformulação do portal eletrónico de atendimento ao utilizador de Tecnologias de Informação** - Na sequência das recomendações da consultoria ao SIAR de 2015 foi executada uma reformulação do portal de gestão de serviços e suporte técnico ao utilizador de tecnologias de informação, *helpdesk*, com o objetivo de simplificar a utilização deste por parte dos utilizadores e agilizar os processos internos de pedidos de suporte técnico.
- **Desmaterialização de processos** - Os processos de pedido e comunicação de trabalho suplementar foram desmaterializados, tendo sido promovida a integração, via *web services*, com o *software* de controlo de assiduidade.
- Foi adquirida e configurada uma **solução de rede específica destinada às novas instalações do Canal Parlamento**.
- **Conclusão da implementação da solução de telefonia VOIP** - No início de 2017 foi implementada a fase final deste projeto, com a distribuição e colocação em funcionamento dos telefones digitais nos respetivos utilizadores, tendo sido descontinuada a anterior solução analógica. Após a entrada em funcionamento da nova solução, procedeu-se à integração da solução de fax eletrónico com a nova Central Telefónica IP.

6.2 – Ao nível do reforço da **segurança informática e de informação** foram desenvolvidas atividades de importância significativa para a AR destacando-se os seguintes projetos:

- **Disaster Recovery** - A necessidade de um plano de *Disaster Recovery* é, há muito, sentida mas a complexidade e amplitude do sistema informático conduziu à necessidade de consolidar em primeiro lugar a arquitetura informática por forma a simplificar o processo de recuperação e reduzir os custos inerentes à implementação do mesmo. Estando reunidas as condições técnicas para o desenvolvimento e implementação de um plano fiável e com custos adequados, foram efetuados estudos para a apresentação superior das diversas hipóteses de implementação, por forma a dotar a AR de um *site* alternativo destinado à recuperação do sistema informático da AR. Desta forma, mesmo em caso de desastre, os serviços informáticos estarão disponíveis aos utilizadores, com uma reduzida perda de dados e uma rápida resposta na reposição da normalidade. Após decisão superior do modelo a adotar foram preparadas as peças concursais e lançado o concurso público para a aquisição dos equipamentos necessários e aluguer do espaço do *sit*, cuja implementação ocorrerá durante o ano de 2018.
- Foi adquirido um **sistema de monitorização de servidores e aplicações** com o objetivo de identificar e implementar uma solução de monitorização do SIAR, que permita, em tempo real, avaliar o estado da infraestrutura e obter métricas que possibilitem prever a evolução do parque informático, suportando com dados reais as decisões de atualização tecnológica.
- **Reforço e atualização de ligações à rede informática** - Foi implementada uma ligação de fibra ótica entre os edifícios situados na Av. D. Carlos I Nº 128 e Nº 134 e entre o Palácio de São

Bento e o edifício que serve de base às novas instalações do Canal Parlamento. Em 2017 decorreram também diversas obras e requalificações de áreas que implicaram instalações de cablagem UTP bem como a instalação de telefones e de antenas *wifi*.

- **Ativos de Rede e Projetos de Configuração** - Foi concretizada uma auditoria de segurança à rede interna da AR, com especial foco na solução tecnológica de redes, sistemas e desenvolvimento, permitindo o estabelecimento de diretrizes e prioridades de intervenção. Ao nível do reforço da segurança informática foi concretizada a atualização da firewall interna e colocadas produção as novas funcionalidades anti-bot e antivírus na firewall externa. Foi concluída a implementação de acessos encriptados (*ssh*) aos equipamentos ativos de rede, reforçando a segurança das comunicações destes equipamentos. Ainda no âmbito da segurança destaca-se o reforço da cooperação com o Centro Nacional de *CiberSegurança*.

6.3 - No que diz respeito ao **desenvolvimento de melhorias das soluções tecnológicas** já existentes foram também implementados diversos projetos que concorrem para este objetivo, a saber:

- **Aquisição de desktops destinados ao staff dos GP**, dado que os existentes estavam já a dar sinais de obsolescência e de desadequação às tarefas a que se destinavam.
- **Substituição das impressoras afetadas aos Deputados**, dado que se tratavam de impressoras muito antigas, originando custos de reparação com algum significado e com impacto negativo no trabalho dos utilizadores.
- **Reformulação do site da ASG-PLP**, com a atualização gráfica e funcional do site da ASG-PLP, tornando a interface mais amigável e adaptando automaticamente os seus elementos ao tipo de dispositivo que lhe acede.
- Desenvolvimento de uma **plataforma para candidaturas**, no âmbito dos concursos de admissão de Técnicos de Apoio Parlamentar, permitindo a submissão eletrónica das candidaturas e comprovativos de habilitações e a disponibilização dos dados das candidaturas por concurso, para apreciação pelo respetivo júri.
- **Aquisição de terminais virtuais** que permitem o funcionamento em modo de quiosque no Centro de Formação interparlamentar, Biblioteca e Arquivo Histórico.
- **Reforço da cobertura da rede wireless** - Tal como planeado, foram substituídas as antenas *wifi* do Edifício D. Carlos por modelo atualizado. Todas antenas em utilização na AR encontram-se agora sincronizadas com o controlador central, permitindo uma gestão proactiva e não apenas reativa deste serviço. Para o reforço da cobertura, foram adicionadas antenas à rede existente nos diferentes espaços da Instituição.

7. Investimentos

7.1 Investimentos realizados em 2017

No ano de 2017, em termos orçamentais, regista-se um crescimento de 49,3% do orçamento de investimento, relativamente a 2016, tendo concorrido para este aumento os acréscimos verificados em “Edifícios” com um aumento de 763,1%, (+2.136.778€), em “Equipamento de Informática” com uma variação positiva de 42,6% (+420.322) e em “Equipamento de gravação e audiovisual” este último apresentou um acréscimo de 46,6% (+ 216.488€).

A análise do Quadro 14 permite ainda identificar as rubricas que apresentam decréscimos, nomeadamente “Software Informático”, “Equipamento Administrativo” e “Artigos e objetos de valor” que apresentam, respetivamente, decréscimos de 11,7%, 26,8% e 59,1%.

Quadro 14 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2016	OAR2017	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	280.000,00	2.416.778,00	763,1%
Equipamento de informática	985.902,00	1.406.224,00	42,6%
Software informático	1.066.632,00	941.781,00	-11,7%
Equipamento Administrativo	492.200,00	360.198,00	-26,8%
Artigos e objetos de valor	24.450,00	10.000,00	-59,1%
Equipamento de gravação e audiovisual	464.812,00	681.300,00	46,6%
Bens do Domínio Público	1.638.056,00	1.575.658,00	-3,8%
TOTAL	4.952.052,00	7.391.939,00	49,3%

Os valores orçamentados apresentam um nível de execução global em 2017 de 67%, registando-se um acréscimo de 173,9% da execução orçamental relativamente a 2016 (cfr. Quadro 5).

O orçamento para investimento não utilizado, em 2017, foi de 2.438.331,80€, representando, em grande parte, os baixos níveis de execução em: “Bens do Domínio Público”, “Equipamento de gravação audiovisual”, “Software informático” e execução nula em “Artigos e objetos de valor” (cf. Quadro 15).

Quadro 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	2017		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	2.416.778,00	2.355.746,55	97,5%
Equipamento de informática	1.406.224,00	1.258.175,20	89,5%
Software informático	941.781,00	489.600,89	52,0%
Equipamento Administrativo	360.198,00	266.695,11	74,0%
Artigos e objetos de valor	10.000,00	0,00	0,0%
Equipamento de gravação e audiovisual	681.300,00	195.839,68	28,7%
Bens do Domínio Público	1.575.658,00	387.549,77	24,6%
TOTAL	7.391.939,00	4.953.607,20	67,0%

Os investimentos, contabilizados em “Edifícios” e em “Bens de domínio público” - Palácio de São Bento - respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

No ano de 2017, no âmbito do investimento os objetivos estratégicos passaram por **melhorar as condições de trabalho**, designadamente nas seguintes ações:

- **Apetrechar os Gabinetes, SAR e Grupos Parlamentares de equipamentos necessários à prossecução das suas tarefas**, refletindo-seno domínio do “Equipamento administrativo” que apresenta uma taxa de execução orçamental de 74%. Neste contexto, o investimento continuou a distribuir-se por várias áreas prosseguindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, de acordo com as necessidades sentidas e rentabilização do espaço existente, nomeadamente ao nível das aquisições de mobiliário e de equipamento de escritório² (destinados aos Gabinetes, Grupos Parlamentares e Serviços da AR) e de equipamentos específicos (passadiços para acesso às áreas técnicas e de manutenção nos edifícios da AR) passando pelos sistemas de segurança (pórtico detetor de metais para a porta lateral de S. Bento), pelos sistemas de climatização e AVAC (aquisição de vários equipamentos de AVAC para substituição de unidades de AVAC que funcionam a gás R22) e um novo sistema de deteção de incêndios para o Edifício D. Carlos.
- **Promover a melhoria contínua das instalações**, que tem inerente a conservação do património imobiliário da AR. Em termos de **obras de melhoria/conservação** foram concluídas as seguintes empreitadas: **Empreitada de Instalação dos Serviços de Segurança/GNR no Palácio de S. Bento**, transferindo-os para uma área situada no r/c e piso -1 (cave) junto à entrada do Palácio de S. Bento). Por sua vez, no espaço deixado, na **caserna da GNR, no Jardim do Palácio de S. Bento foi realizada a empreitada para instalação do Canal Parlamento**, criando várias salas técnicas e permitindo o alargamento das emissões; **Empreitada do novo sistema de AVAC da Sala do Senado** (permitiu dotar aquele espaço de um sistema de climatização adequado à referida sala).

Importa salientar que a execução dos investimentos decorrentes do Plano de Atividades continuou a ser pautada pelo clima de contenção orçamental que se traduz na redução e controlo da despesa, expressas nos vários diplomas de natureza orçamental, nomeadamente a Lei do OE para 2017 (Lei nº 42/2016, de 28/3) e o Decreto de Execução Orçamental (Decreto-Lei nº 25/2017, de 3/03), pelo que a Assembleia da República tem procurado satisfazer as

² Designadamente televisores, máquinas de destruir papel, amplificadores, aquecedores, ventoinhas, etc.

necessidades mais prementes, gerindo de uma forma mais eficaz a afetação dos recursos materiais existentes.

Em face destes fatores, houve empreitadas que foram adiadas e projetos reformulados, face ao custo apresentado. Outro dos fatores que contribuiu para a reduzida execução dos investimentos é a complexidade dos projetos, que obrigaram a frequentes reformulações e à revisão dos mesmos, atrasando o lançamento dos procedimentos concursais.

Não obstante as obras inscritas no Plano de Investimentos de 2017, a ação estendeu-se igualmente a outros projetos, de igual relevância, não previstas no Plano de Atividades, destinados quer ao aproveitamento e rentabilização dos espaços e da sua reafecção, quer à conservação do património da AR com a finalidade de criar condições de segurança e conforto nos diversos edifícios da AR: Palácio de São Bento, Edifício D. Carlos I, Edifício Novo e Casa Amarela.

- **Instalar as Entidades Externas na dependência da AR**

No ano de 2017, a Assembleia da República **adquiriu um edifício contíguo ao Edifício D. Carlos** localizado na Av. D. Carlos I nº 134/134B, com o objetivo de centralizar num único imóvel as entidades administrativas independentes que funcionam junto da AR. Para dar resposta a este objetivo realizaram-se diversas ações/tarefas direcionadas para a instalação dessas entidades, designadamente as seguintes: **Empreitada de criação de caminhos de cabos de ligação do bastidor do CINF da Av. D. Carlos I nº 128 - 2º andar ao nº 134 2º andar** (destinada a executar um caminho para passagem dos cabos do bastidor da informática situado no 2º andar do Edifício D. Carlos para o 2º andar do edifício das Entidades Externas) e a **empreitada para instalação das Entidades Externas nos pisos - 1,0,4 e 5** (destinada a instalar as Entidades externas de acordo com as suas necessidades).

7.2 Projetos transitados para 2018

A identificação dos projetos com encargos transitados para 2018, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

Quadro 16 – PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2018

BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	
07.03.02 - Bens de Domínio Público - edifícios	58.454,29
EDIFÍCIOS	
07.01.03 - Edifícios	20.061,31
EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL	
07.01.15A- Equipamento audiovisual	6.029,46
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	
07.01.07 A e B - Material de informática - hardware de comunicação e outro hardware	504.838,47
SOFTWARE INFORMÁTICO	
07.01.08 A e B - Software informático - software de comunicação e outro software	390.459,54
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
07.01.09 B -Outro equipamento administrativo	48.865,03
Total	1.028.708,10

8. Financiamento

8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas ("Comissão Nacional de Eleições" (CNE), "Comissão Nacional de Proteção de Dados" (CNPD), "Entidade Reguladora para a Comunicação Social" (ERC), "Provedoria de Justiça", "Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos" (CADA) e "Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida" (CNECV)), mas também as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR: "Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa" (CFSI), "Conselho dos Julgados de Paz" (CJP), "Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida" (CNPMA), "Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal" (CFSIIC), "Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN" (CFBD – ADN), "Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado", "Comissão Técnica Independente – Incêndios" e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

Quadro 17 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2016	OAR2017	Var%
	corrigido	corrigido	3=2/1
	1	2	
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.753.912	1.823.240,00	4,0%
Comissão Nacional de Eleições	1.542.480	1.657.980,00	7,5%
Provedoria de Justiça	5.269.880	5.269.880,00	0,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	728.657	785.468,00	7,8%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	782.400	782.400,00	0,0%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	285.646	282.607,00	-1,1%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	202.634	195.819,34	-3,4%
Conselho dos Julgados de Paz	264.672	257.415,00	-2,7%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	295.569	245.569,72	-16,9%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	187.189	182.759,25	-2,4%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	128.770	117.785,00	-8,5%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	99.697	238.146,52	138,9%
Comissão Técnica Independente - Incêndios	0	190.893,69	n.a
Associação dos Ex-Deputados	24.250	24.250	0,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.017	14.017	0,0%
TOTAL	11.579.773,49	12.068.230,52	4,2%

No que respeita aos orçamentos das entidades autónomas que recebem transferências da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro acima, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital); as demais receitas próprias (incluindo os saldos de gerência) passaram, desde 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

O **grau de realização global verificado nesta atividade é de 89,9%**, sendo que, no que respeita às Entidades autónomas que recebem transferências do OAR, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2017 e à não requisição da totalidade das verbas, atendendo, por exemplo, ao nível de receitas próprias registado por algumas entidades como é o caso da CNPD.

No que respeita aos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR, as taxas de execução variam entre 89% (CTI - Incêndios) e 49,4% (CNPMA), como se infere do Quadro 18:

Quadro 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2017		
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	GR%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.823.240,00	1.684.808,00	92,4%
Comissão Nacional de Eleições	1.657.980,00	1.424.883,00	85,9%
Provedoria de Justiça	5.269.880,00	5.037.137,00	95,6%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	785.468,00	695.000,00	88,5%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	782.400,00	669.500,00	85,6%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	282.607,00	250.293,00	88,6%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	195.819,34	169.631,61	86,6%
Conselho dos Julgados de Paz	257.415,00	210.712,05	81,9%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	245.569,72	121.192,91	49,4%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	182.759,25	158.980,10	87,0%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	117.785,00	94.880,23	80,6%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	238.146,52	127.016,22	53,3%
Comissão Técnica Independente - Incêndios	190.893,69	169.925,11	89,0%
Associação dos Ex-Deputados	24.250,00	24.250,00	100,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.017,00	14.017,00	100,0%
TOTAL	12.068.230,52	10.852.226,23	89,9%

8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, de que se destacam as subvenções aos partidos políticos e às campanhas eleitorais, importa salientar ter entrado em vigor a Lei n.º 4/2017 de 16 de janeiro, que determinou a redução definitiva de 10% das subvenções para o financiamento dos partidos políticos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho. A mesma lei determinou a redução definitiva de 20% da subvenção pública para campanhas eleitorais, a que se refere o n.º 4 e 5 do artigo 17.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho.

Nestes termos, foram inscritos 14.276.153€ para fazer face ao pagamento das **subvenções aos partidos políticos (representados e não representados), com um grau de execução de 100%**.

Foram ainda orçamentados, a título de “**Subvenção pública para as campanhas eleitorais**”: 45.347.108,98€, com uma taxa de execução de 41,9%, distribuídos da seguinte forma:

- 38.462.688€ para as eleições **Autárquicas 2017** (19.551.461,03€ transitam, por executar, para 2018);
- 6.782.655,83€ de saldo das Autárquicas 2013 (cujo processo ainda não se encontra encerrado); e
- 101.765,15€ de reposições de subvenções de campanhas anteriores (Autárquicas 2009 e Legislativas 2015), devolvidos ao Tesouro em 2017.

ELEIÇÕES	SALDO 31/12/2016	REQUISITADO EM 2017	EXECUÇÃO EM 2017	DEVOLVIDO DGT EM 2017	RNAPS COBRADAS EM 2017	SALDO 31/12/2017
AUTÁRQUICAS 2009	67.477,79	0,00	0,00	80.818,89	13.341,10	0,00
AUTÁRQUICAS 2013	6.782.655,83	0,00	0,00	0,00		6.782.655,83
AUTÁRQUICAS 2017		38.462.688,00	18.911.226,97		0,00	19.551.461,03
LEGISLATIVAS 2015				20.946,26	20.946,26	0,00
TOTAL	6.850.133,62	38.462.688,00	18.911.226,97	101.765,15	34.287,36	26.334.116,86

Em 2017 foram cobradas reposições não abatidas relativas a subvenções para as campanhas num total de: 34.287,36€ (13.341,10€ no âmbito da subvenção para as eleições autárquicas de 2009 e 20.946,26€ relativas às legislativas de 2015), cujo saldo integral foi, entretanto, devolvido.

Os saldos em aberto a 31/12/2017 serão devolvidos ao Tesouro quando o processo de pagamento/cobrança das reposições inerentes às Autárquicas 2013 estiver concluído e quando se fizerem os últimos pagamentos no âmbito das Autárquicas 2017.

9. Execução Financeira

9.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 19, ressalta um grau de execução orçamental global de 67,3%, face a uma execução financeira que foi de 65,9%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2017			GR%	GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga	Orçamental	Financeira
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
Corrente	80.961.441,59	62.288.729,76	60.939.190,02	76,9%	75,3%
Despesas com Pessoal	49.556.845,24	46.216.458,35	46.211.537,33	93,3%	93,2%
Remun. certas e permanentes	36.986.369,60	35.028.615,92	35.023.813,97	94,7%	94,7%
Abonos variáveis ou eventuais	4.122.167,64	3.346.331,39	3.346.331,39	81,2%	81,2%
Segurança social	8.448.308,00	7.841.511,04	7.841.391,97	92,8%	92,8%
Aquisição de bens e serviços	19.565.405,00	14.907.924,92	13.563.330,80	76,2%	69,3%
Aquisição de bens	2.153.905,00	1.619.196,49	1.434.889,66	75,2%	66,6%
Aquisição de serviços	17.411.500,00	13.288.728,43	12.128.441,14	76,3%	69,7%
Juros e outros encargos	4.000,00	2.347,79	2.347,79	58,7%	58,7%
Juros e outros encargos	4.000,00	2.347,79	2.347,79	58,7%	58,7%
Transferências correntes	44.267,00	38.267,00	38.267,00	86,4%	86,4%
Entidades Privadas ou Públicas	38.267,00	38.267,00	38.267,00	100,0%	100,0%
Exterior	6.000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Subvenções	912.851,00	909.347,04	909.347,04	99,6%	99,6%
Subvenção aos Grupos Parl.	912.851,00	909.347,04	909.347,04	99,6%	99,6%
Outras despesas correntes	10.878.073,35	214.384,66	214.360,06	2,0%	2,0%
Dotação provisional	10.632.679,35	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Diversas	245.394,00	214.384,66	214.360,06	87,4%	87,4%
Capital	12.669.150,00	4.971.383,49	3.942.675,39	39,2%	31,1%
Aquisição de bens de capital	7.431.517,00	4.971.383,49	3.942.675,39	66,9%	53,1%
Investimentos	5.855.859,00	4.583.833,72	3.613.579,91	78,3%	61,7%
Bens do Domínio Público	1.575.658,00	387.549,77	329.095,48	24,6%	20,9%
Transferência de Capital	18.000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Resto do Mundo	18.000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Outras despesas de capital	5.219.633,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Dotação provisional	5.219.633,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Total AR	93.630.591,59	67.260.113,25	64.881.865,41	71,8%	69,3%
Transf. Entidades Aut. E subvenções	70.224.836,98	43.050.764,88	43.050.764,88	61,3%	61,3%
Transferências correntes	10.263.475,00	9.432.972,00	9.432.972,00	91,9%	91,9%
Administração Central	10.263.475,00	9.432.972,00	9.432.972,00	91,9%	91,9%
Subsidios/ Subvenções	59.521.496,83	33.187.378,73	33.187.378,73	55,8%	55,8%
Instituições/ fins lucrativos	59.521.496,83	33.187.378,73	33.187.378,73	55,8%	55,8%
Transferências de capital	338.100,00	328.649,00	328.649,00	97,2%	97,2%
Administração Central	338.100,00	328.649,00	328.649,00	97,2%	97,2%
Outras despesas de capital	101.765,15	101.765,15	101.765,15	100,0%	100,0%
Saldo - Devolução Tesouro	101.765,15	101.765,15	101.765,15	100,0%	100,0%
Total Global	163.855.428,57	110.310.878,13	107.932.630,29	67,3%	65,9%

A despesa assumida que não teve execução financeira ascendeu a 2.378.247,84€, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 20, sendo que deu origem à transição de encargos, por processar, para 2018 no montante de 2.353.513,18€, sendo o diferencial relativo a IVA intracomunitário e autoliquidado, que é considerado no apuramento de IVA trimestral.

Quadro 20 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2018 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2017				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
Corrente	62.288.729,76	56,5%	60.939.190,02	56,5%	1.349.539,74
Despesas com Pessoal	46.216.458,35	41,9%	46.211.537,33	42,8%	4.921,02
Remun. certas e permanentes	35.028.615,92	31,8%	35.023.813,97	32,4%	4.801,95
Abonos variáveis ou eventuais	3.346.331,39	3,0%	3.346.331,39	3,1%	0,00
Segurança social	7.841.511,04	7,1%	7.841.391,97	7,3%	119,07
Aquisição de bens e serviços	14.907.924,92	13,5%	13.563.330,80	12,6%	1.344.594,12
Aquisição de bens	1.619.196,49	1,5%	1.434.889,66	1,3%	184.306,83
Aquisição de serviços	13.288.728,43	12,0%	12.128.441,14	11,2%	1.160.287,29
Juros e outros encargos	2.347,79	0,0%	2.347,79	0,0%	0,00
Juros e outros encargos	2.347,79	0,0%	2.347,79	0,0%	0,00
Transferências correntes	38.267,00	0,0%	38.267,00	0,0%	0,00
Entidades Privadas ou Públicas	38.267,00	0,0%	38.267,00	0,0%	0,00
Exterior	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Subvenções	909.347,04	0,8%	909.347,04	0,8%	0,00
Subvenção aos Grupos Parl.	909.347,04	0,8%	909.347,04	0,8%	0,00
Outras despesas correntes	214.384,66	0,2%	214.360,06	0,2%	24,60
Dotação provisional	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Diversas	214.384,66	0,2%	214.360,06	0,2%	24,60
Capital	4.971.383,49	4,5%	3.942.675,39	3,7%	1.028.708,10
Aquisição de bens de capital	4.971.383,49	4,5%	3.942.675,39	3,7%	1.028.708,10
Investimentos	4.583.833,72	4,2%	3.613.579,91	3,3%	970.253,81
Bens do Domínio Público	387.549,77	0,4%	329.095,48	0,3%	58.454,29
Transferência de Capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Resto do Mundo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Total AR	67.260.113,25	61,0%	64.881.865,41	60,1%	2.378.247,84
Transf. Entidades Aut. e Subvenções	43.050.764,88	39,0%	43.050.764,88	39,9%	0,00
Transferências correntes	9.432.972,00	8,6%	9.432.972,00	8,7%	0,00
Administração Central	9.432.972,00	8,6%	9.432.972,00	8,7%	0,00
Subsídios	33.187.378,73	30,1%	33.187.378,73	30,7%	0,00
Instituições/ fins lucrativos	33.187.378,73	30,1%	33.187.378,73	30,7%	0,00
Transferências de capital	328.649,00	0,3%	328.649,00	0,3%	0,00
Administração Central	328.649,00	0,3%	328.649,00	0,3%	0,00
Outras Despesas capital	101.765,15	0,1%	101.765,15	0,1%	0,00
Diversas	101.765,15	0,1%	101.765,15	0,1%	0,00
Total Global	110.310.878,13	100,0%	107.932.630,29	100,0%	2.378.247,84

O Quadro 20 evidencia, assim, os encargos transitados para 2018 por pagar (deste valor só transitam os encargos por processar, distintos dos "por pagar"), e ainda a estrutura da despesa assumida e paga.

Considerando as despesas **correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,8%, semelhante à de anos anteriores, tendo transitado por pagar o montante de 1.349.539,74.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos, de 79,3%, face aos 78,7% de 2016 e 81,2% de 2015. Transitou para 2018 um valor de despesa, autorizada e não paga, de 1 028 708,10€.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2018, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas – face ao encerramento do ano económico a 31 de dezembro- e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

9.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita, as cobradas pela Assembleia da República representam 0,5% das receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, um decréscimo de 4,0% face ao valor cobrado em 2016 e, no seu conjunto, apresentam um grau de realização de 130% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 22).

Quadro 21 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Unidade: Euro

Natureza das Receitas Cobradas	2016	2017	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	27.732,13	18.643,38	-32,8%
Outros bens	26.910,68	27.945,75	3,8%
Juros	6.164,58	8.358,33	35,6%
Reposições não abatidas	40.531,04	54.644,01	34,8%
Vendas de senhas de refeição	273.744,30	269.456,18	-1,6%
Rendas	42.387,61	43.846,04	3,4%
Venda de bens de investimento	8.998,85	2.056,31	-77,1%
Receitas diversas - AR	24.581,70	8.164,83	-66,8%
Receitas Cobradas	451.050,89	433.114,83	-4,0%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	26.584.987,02	26.713.592,95	0,5%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	59.883.929,00	63.907.707,00	6,7%
Total	86.919.966,91	91.054.414,78	4,8%

Como se retira do Quadro 21, das receitas próprias da AR as variações positivas, face ao ano anterior, verificam-se em “Outros bens” (3,8%), “juros” (35,6%), “reposições não abatidas” (34,8%) e por último nas “Rendas” (3,4%), verificando-se os decréscimos em “Publicações, impressos e artigos diversos (-32,8%), “Vendas de senhas de refeição (-1,6%), “Vendas de bens de investimento” (-77,1%) e “Receitas diversas” (-66,8%).

O **financiamento com origem no OE, que representa 70,2% do total do OAR2017** reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação positiva de 6.7% em relação a 2016, ano em que o financiamento do OE representou 68,9%.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2017 constam do quadro abaixo:

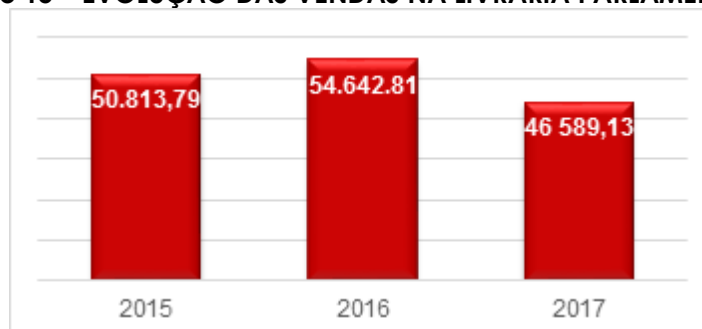
Quadro 22 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2017

Unidade: Euro

Natureza	Receita OAR2017		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	22.500,00	18.643,38	82,9%
Outros bens	20.010,00	27.945,75	139,7%
Juros	5.000,00	8.358,33	167,2%
Reposições não abatidas	113,46	54.644,01	48161,5%
Vendas de senhas de refeição	235.599,18	269.456,18	114,4%
Rendas	46.500,00	43.846,04	94,3%
Venda de bens de Investimento	2.010,00	2.056,31	102,3%
Receitas diversas - AR	1.550,00	8.164,83	526,8%
Receitas Cobradas	333.282,64	433.114,83	130,0%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	26.713.592,95	26.713.592,95	100,0%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	66.583.716,00	63.907.707,00	96,0%
Total	93.630.591,59	91.054.414,78	97,2%

Da análise do Quadro 22, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República em 2017 foi superior à orçamentada, apresentando um grau de execução orçamental de 130%. A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 15, registando-se um decréscimo de 32,8%, face a 2016 (em valores absolutos de 9.088,75€).

Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR 2015-2017



10. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2017

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, incluindo, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2017 reflete um **Resultado Líquido do exercício positivo (1.561.778,07€)**, em consequência de um montante global de 64.876.021,78€ de proveitos e de 63.314.243,71€ de custos.

Salienta-se, face ao ano anterior, um **aumento dos proveitos de 4,5€ milhões** (dos quais 4€ milhões foram provenientes de um aumento das transferências do OE), realçando-se como principais:

- 2,2€ milhões necessários à aquisição do edifício para alocar às entidades administrativas independentes que funcionam junto da AR;

- 1,5€ milhões para custos com pessoal face à reversão integral das reduções remuneratórias (com exceção dos 5% sobre a remuneração dos titulares de cargos políticos), bem como ao aumento do número de efetivos resultante do procedimento concursal de recrutamento de assessores parlamentares;

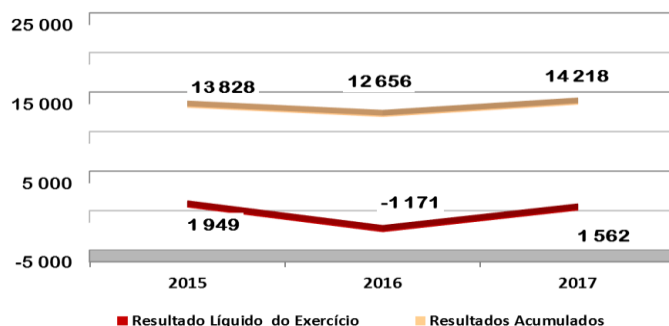
Apesar da assunção destes encargos que ascendeu a 4,5€ milhões, evidencia-se uma variação positiva de 2,7€ milhões face ao resultado líquido de 2016 (-1.171.335,59€), explicado pelo continuado processo de controlo das despesas e algumas poupanças decorrentes da agregação de contratos de bens e serviços com o mesmo objeto.

Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos consta do gráfico 16, que a seguir se apresenta:

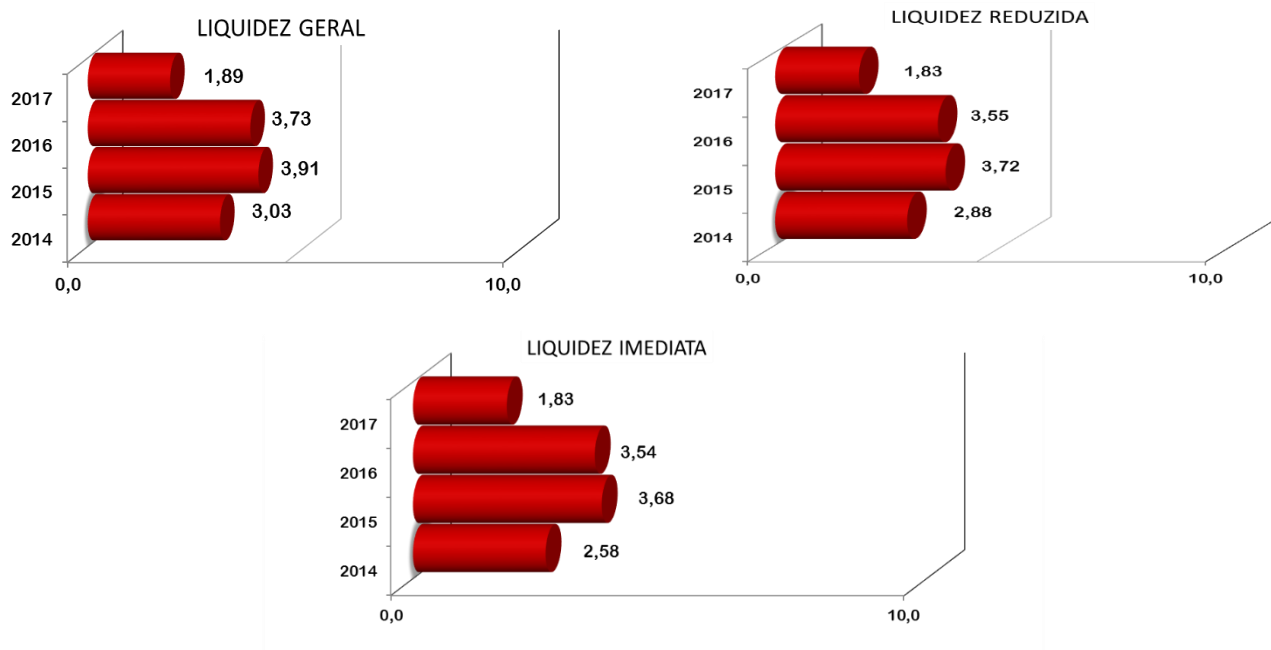
Gráfico 16 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Unidade: Milhares de Euro



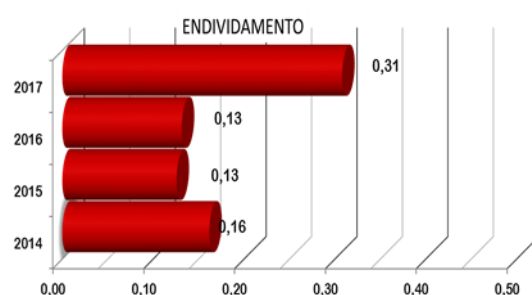
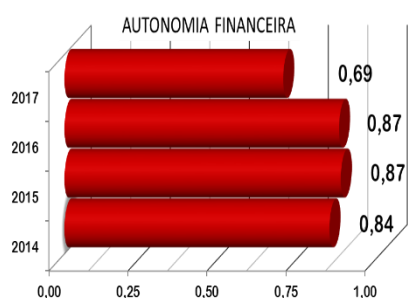
Do Balanço da Assembleia da República que reflete a situação patrimonial a 31/12/2017, extraem-se os rácios de liquidez, que na sua generalidade, por apresentarem valores superiores à unidade, revelam uma situação patrimonial confortável, estando a Assembleia da República apta a cumprir todos os seus compromissos.

Importa salientar que nos rácios infra indicados as variações verificadas traduzem, não só ao aumento das disponibilidades, por via do saldo das autárquicas de 2017 (19,6€ milhões), como também do correspondente aumento das responsabilidades (pagamento às forças políticas do remanescente da subvenção a quem têm direito), com peso relativo distinto, o que se traduz num decréscimo face a anos anteriores.



A liquidez geral mede a relação entre o Ativo circulante (existências incluídas) / e as dívidas a terceiros de curto prazo, isto é, Ativo de curto prazo/Passivo de curto prazo.

No que se refere aos rácios de liquidez reduzida (Ativo Circulante - Existências/Dívidas a terceiros de curto prazo) e liquidez imediata (Disponibilidades/ Dívidas a terceiros de curto prazo), que apresentam um valor de 1,83 em cada um dos rácios, traduzem o nível de equilíbrio financeiro, significando que a Assembleia da República apresenta um excedente face às suas necessidades de tesouraria, conforme comprova o saldo de gerência apurado à data de 31/12/2017 (26,2€ milhões de saldo da AR, acrescido de 26,3€ milhões do saldo das subvenções para as campanhas eleitorais – 19,6€ milhões Autárquicas 2017 e 6,8€ milhões Autárquicas 2013).



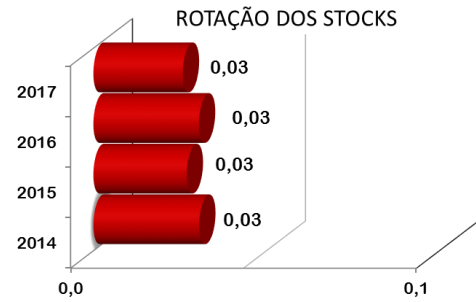
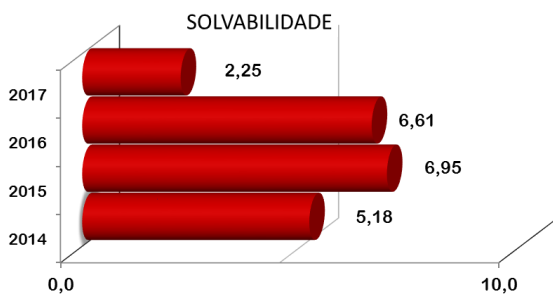
O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2017 foi de 0,69, representando total autonomia e superando o exigido, dado que o indicador referencial deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2017, um valor de 0,31, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo), o respetivo valor é de 2,25.

O aumento verificado no rácio do endividamento e a diminuição do rácio de solvabilidade justifica-se pelas responsabilidades assumidas perante outros credores – forças políticas, onde se registam o remanescente das subvenções a pagar resultantes da campanha eleitoral autárquica de 2017.

Destinando-se este indicador a medir a capacidade de a entidade desenvolver a respetiva atividade a médio prazo, não é de relevar o valor do indicador apresentado, atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste órgão de soberania.



A rotação de stocks que mede a atividade da Livraria parlamentar (Vendas / Existências) deverá ser encarada de modo diverso de uma unidade comercial pura, dado que tem também um cariz de serviço ao cidadão, mais importa relevar a existência de um número significativo de exemplares em stock que constituem as edições da Assembleia da República.

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2014 a 2017, reflete o progresso decorrente de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado com o aproveitamento em pleno da informação de apoio à gestão disponibilizada pelo sistema SIGAR.

Nota Final

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-geral
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Adjunto do Secretário-geral
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário
Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo

Divisão de Apoio às Comissões
Bruno Alexandre Dias Pinheiro

Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral

Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições
Marlene de Fátima Bento Viegas Freire

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca
Paula Maria da Silva Granada

Arquivo Histórico-Parlamentar
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas (1 de janeiro a 30 de julho)
Maria João da Silva Costa (a partir de 1 de agosto)

Divisão de Recursos Humanos e Administração
Maria João de Andrade Godinho Cardoso do Amaral (1 de janeiro a 30 de julho)
Laura Teimão Lopes Costa (a partir de 1 de agosto)

Divisão de Gestão Financeira
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Aprovisionamento e Património
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia (1 a 31 de janeiro)
Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira (a partir de 1 de fevereiro)

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira



Divisão de Relações Internacionais
Dalila Xavier Dias Maulide

Divisão de Protocolo
Maria Manuela Azóia Lopes

Centro de Informática
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Gabinete de Controlo Orçamental Externo
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
João José da Costa Santos Gil

Museu
Cátia Henriques Mourão Rodrigues (1 de janeiro a 6 de agosto)
Cristina Maria Realinho Ribeiro (a partir de 7 de agosto)